

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PEDRO ARTUR CRUZ DE MELO

HISTÓRIA E MÚSICA: REPRESENTAÇÃO DO “MENSALÃO” NO RAP
CARIOCA

CURITIBA
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PEDRO ARTUR CRUZ DE MELO

HISTÓRIA E MÚSICA: REPRESENTAÇÃO DO “MENSALÃO” NO RAP
CARIOCA

Monografia apresentada à disciplina de
Estágio Supervisionado em Pesquisa Histórica
como requisito para a conclusão do Curso de
História, Setor de Ciências Humanas, Letras e
Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Faraco Benthien

Curitiba
2013

Para meu filho e para meu padrinho.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Rafael Benthien, que me auxiliou pacientemente na redação desta monografia, bem como com críticas às quais que fizeraeste trabalho ter saído do rascunho. Orientador que se mostrou, acima de tudo, sensívelàs questões externas ao ambiente acadêmico e que juntos formamos uma ótima dupla de zaga. Não posso deixar de mencionar também o professor José Roberto Braga Portella que me ajudou a elabora as ideias iniciais que deram contorno a essa monografia e a todos os professores que me auxiliaram nesta caminha que culmina com este trabalho.

Aos meus pais, Urânia Flores e Jacy Afonso que despertaram em mim a vontade de fazer o curso de História. Apoiaram-me desde o início e não mediram esforços para que eu pudesse ter a melhor formação possível. Bem como, se mostraram um porto seguro quando as dificuldades advindas fora vida acadêmica apareceram e que sem o apoio deles, não teria chegado até aqui. E ao meu irmão Matheus que aguentou os dias de trabalho.

Mencionar as amizades que foram importantes no decorrer da faculdade é difícil, pois houveram muitos momentos os quais muitas pessoas foram importantes, sobretudo àquelas que se mostraram um ombro amigo frente as dificuldades que fora aparecendo no caminho. Ao Leonardo, Vágner que desde os primeiros dias de faculdade pude contar com suas amizades sinceras. À Gabriela que esteve perto de mim nos momentos de insegurança. Aos amigos feitos na CEU, em especial ao Daniclei. E todos os amigos do GRR2009, Danilo, João, Lucas, Toninho e os demais.

RESUMO

O presente trabalho buscou compreender qual foi a representação feita do escândalo político protagonizado pelo Partido dos Trabalhadores e que ficou conhecido como escândalo do Mensalão nas letras do *rapper* De Leve. O álbum selecionado para a análise foi o *Manifesto ½ 171*, lançado em 2006 e disponibilizado gratuitamente para download pelo autor.

A metodologia utilizada nesta monografia foi aquela proposta por Marcos Napolitano, que em linhas gerais, indica que devemos fazer a análise da letra e da melodia. Após a análise, buscamos confrontá-la com os diálogos expressos nos meios de comunicação sobre o escândalo. Com o intuito de entender quais aspectos do mensalão foram representados nas canções.

Palavras chaves: *RAP*; Mensalão; Política.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. SENTINDO O ESCÂNDALO, DECLARAÇÕES SOBRE O MENSALÃO..9	
1.1 Um metalúrgico ganha a eleição.....	11
1.2 Herança FHC.	11
1.3 “Fizemos tudo errado, mas deu tudo certo” – José Alencar.	12
1.4 Situação brasileira em números.	16
1.5 “É a economia, estúpido”. James Carville	27
1.6 Governo Lula: Um sucesso inesperado.....	29
1.7 Crise do mensalão.....	31
1.8 Mensalão e a tv, tudo ou nada a ver? O papel da mídia e do rap.....	32
1.9 Desatando o nó.....	34
1.10 A denúncia de formação de quadrilha.	35
1.11. A denúncia de desvio de dinheiro público.....	36
1.12 Saindo de cima de muro.....	39
2. MÚSICA POPULAR.....	41
2.1 <i>Rap e funk</i>	43
2.2. A especificidade brasileira.	47
2.3 De Leve	48
3. ANÁLISE DA FONTE.	50
CONCLUSÃO.....	65
FONTES	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76
ANEXO I.....	77

INTRODUÇÃO

No ano de 2005 estourou aquilo que ficou conhecido como escândalo do “Mensalão”. No começo da década chegava à presidência da república Lula e o PT como uma promessa de fazerem as coisas diferentes do que se vinha fazendo. O escândalo tomou grandes proporções, notoriamente as midiáticas, tanto na época de sua denúncia e principalmente na época do julgamento em plenário do supremo tribunal federal. Com isso, mas não apenas, têm-se uma infinidade de informações acerca do escândalo, mas fica difícil uma compreensão do que efetivamente ocorreu. De um lado, há aqueles que dizem que foi o maior escândalo de corrupção do país, e de outros, existem os que dizem que não passa de um crime eleitoral de caixa dois e que devia ser julgado como tal.

O primeiro capítulo desta monografia se dedica a ordenar essa grande quantidade de informação, buscando delimitar em que medida as características do escândalo são representadas no rap carioca. De início faz-se necessário dizer que neste trabalho não se busca apontar quem está errado e quem está certo, muito menos dizer o que deve ser feito. Coube a este aspirante a historiador confrontar os diversos discursos presentes em jornais, revistas, artigos, nas palavras da acusação, nas palavras da defesa sobre o mensalão com intuito de definir bem o objeto.

Serão as letras do *rapper* De Leve que pautaram o diálogo com o discurso do escândalo. As críticas que ele faz em sua música são em tom de descrença, se utilizando, principalmente, do deboche nos conteúdos delas. Esse será em boa parte o posicionamento do *rapper* não apenas ao representar o mensalão em suas músicas, mas também em relação à sua visão sobre a política, mídia, meio artístico, etc. Poderíamos perguntar de qual discurso ele mais se aproximou, para onde se direciona. A metodologia de análise empregada é aquela demonstrada por Marcos Napolitano em seu livro *História & Música*¹. Em linhas gerais, podemos dizer que a análise histórica deve ser feita não apenas na letra, mas também na melodia da música. É na interface entre a fatura musical e as condições sociais de produção desse produto específico que operaremos.

No capítulo dois buscaremos apontar aspectos gerais sobre o rap, como sua origem da presença negra no continente americano, mais marcadamente no contexto

¹ NAPOLITANO, M. *História e Música – história cultural da música popular*. Belo Horizonte. Autêntica. 2002.

urbano de nova York. Trabalharemos ainda as características que definem o rap nacional, como a sua origem estando intimamente ligada ao do funk e ao contexto do final da década de 80 – no qual presenciamos os arrastões no rio de janeiro e o impeachment do ex-presidente Collor. Esse caminho foi percorrido, também, para buscar entender como o *rapper* se localiza no movimento hip-hop.

Por fim, no capítulo três, dedicaremos nossos esforços à análise, principalmente, de três músicas – *México, Isso sim é uma piada, Pode queimar* –do álbum *Manifesto ½ 171*, lançado em 2006. Em nossa análise levamos em conta não apenas o conteúdo da letra, mas também o aspecto da melodia, como ressaltou Marcos Napolitano. Articulando essas características que buscaremos entender como o escândalo do mensalão foi representado nas letras de um álbum de rap lançado um ano depois.

1. SENTINDO O ESCÂNDALO, DECLARAÇÕES SOBRE O MENSALÃO.

É o mais atrevido e escandaloso caso de corrupção e de desvio de dinheiro público flagrado no Brasil² (Roberto Gurgel).

O PT era mais atacado do que hoje por grande parte dos políticos da oposição e por uma parte da imprensa brasileira. Na verdade, era um momento em que tentaram dar um golpe neste país³ (Lula)

Vou explicar sobre os empréstimos que eu pedi ao Marcos Valério, porque eu pedi os empréstimos, não tenho na cabeça porque meu sigilo bancário foi quebrado, telefônico, tudo que podiam investigar, eles investigaram. Então, eu tenho uma vida normal. Continuou meu patrimônio não aumentou. Então, eu tenho uma vida normal como sempre tive. Então, esse empréstimo não era para o benefício próprio para ninguém⁴ (Delúbio Soares).

É difícil acreditar que alguns partidos aceitariam um acordo sem nada em troca⁵ (Ministro Gilmar Mendes).

Partidos políticos não são doadores universais de dinheiro para outros partidos políticos⁶ (Ministro Joaquim Barbosa).

Faço a comparação com a máfia italiana porque a confiança entre os interlocutores era enorme⁷ (Ministro Marco Aurélio Melo).

Me parece que houve aqui não um empréstimo, mas um negócio de pai para filho. Os valores emprestados eram incompatíveis com a capacidade financeira do tomador dos empréstimos⁸ (Ministro Ricardo Lewandowski).

² Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=nGj2AieqmhW>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

³ Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/lula-delira-uma-vez-mais-fala-que-mensalao-foi-tentativa-de-golpe-desqualificando-o-procurador-geral-e-o-supremo-mas-ainda-nao-explicou-porque-pediu-desculpas-aos-brasileiros-em-2005-espa/>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

⁴ Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/mensalao/noticia/2012/08/dilma-e-lula-foram-testemunhas-no-processo-do-mensalao-veja-frases.html>>. Acesso em 7 dez. 2013.

⁵ Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/mensalao/infografico/platb/frases>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

⁶ Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/mensalao/noticia/2012/09/frases-do-25-dia-do-julgamento.html>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

⁷ Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/mensalao/noticia/2012/09/stf-conclui-analise-da-acusacao-de-lavagem-com-oito-condenacoes.html>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

⁸ Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/mensalao/noticia/2012/09/frases-do-18-dia-do-julgamento.html>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

O bom ladrão salvou-se na cruz. Mas não há salvação possível para juiz covarde⁹ (Ministro Celso de Mello).

Eu talvez reformule meu voto para que o Ministério Público aprenda a fazer a denúncia de maneira mais explícita. Houve ações claras de Duda Mendonça no sentido de realizar o crime¹⁰ (Ministro Joaquim Barbosa).

O senhor disse que não podemos dar uma carta de alforria para os réus, mas também não podemos dar uma carta de alforria para o Ministério Público¹¹ (Ministro Ricardo Lewandowski se dirigindo ao ministro Luiz Fux).

Marcos Valério não é troféu ou personagem a ser sacrificado em altar midiático. Foi vítima de implacável publicidade opressiva tendo sido processado, julgado e condenado pela mídia sem direito à defesa, cujo veredicto se quer confirmar aqui¹² (Marcelo Leonardo, defensor de Marcos Valério).

Que ele operou um caixa dois, ele operou. Que é ilícito é ilícito. E isso ele não nega¹³ (Arnaldo Malheiros Filho, defensor de Delúbio Soares).

É muito melhor assistir na televisão do que estar aqui¹⁴ (Ronaldo Garcia Dias, defensor do ex-deputado Romeu Queiroz).

Esta corte entendeu que caixa dois equivale à corrupção¹⁵ (Ministro Luiz Fux).

Esse julgamento é viciado do começo ao fim. Agora, os vícios estão se repetindo, o que não é de estranhar. Não vejo nenhuma novidade nas violações de direitos. Confesso que fiquei escandalizado com o julgamento¹⁶ (Celso Antônio Bandeira de Mello).

⁹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/mensalao/noticia/2012/09/frases-do-20-dia-do-julgamento.html>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

¹⁰ Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/mensalao/noticia/2012/10/para-gurgel-mp-nao-e-responsavel-pela-absolvicao-de-duda-e-socia.html>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

¹¹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/mensalao/noticia/2012/10/frases-do-35-dia-de-julgamento-do-mensalao.html>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

¹² Disponível em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2012/08/defesas-de-marcos-valerio-e-ramon-hollerbach-negam-acusacoes.html>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

¹³ Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/mensalao/infografico/platb/frases>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

¹⁴ Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/mensalao/infografico/platb/frases>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

¹⁵ Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/mensalao/noticia/2012/10/frases-do-32-dia-de-julgamento-do-mensalao.html>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

¹⁶ Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/politica/bandeira-de-mello-se-eu-fosse-do-pt-ou-da-familia-pediria-que-o-presidente-do-supremo-fosse-processado.html>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Fiquei com a ideia de que a política é a arte mais nobre dos homens, desde que colocada a serviço das pessoas e da humanidade. Mas a política também tem mãos sujas, dizia Albert Camus. É uma atividade que tanto pode ser criadora de confiança, quanto de desconfiança. Aqui, o que se cimentava era a desconfiança. Então, o tribunal tinha ali uma obrigação de julgar bem. [O STF] Não é só um tribunal constitucional, é de recursos, o que o torna mais visível. Uma publicidade multiplicada, não só pelo estatuto das pessoas, mas porque há certa opinião pública que pretende, em muitos momentos da vida coletiva, uma catarse. São esses os fatos: o Brasil tem necessidade da catarse, da purificação, da honradez, da legitimação do próprio poder político¹⁷ (José Joaquim Gomes Canotilho, constitucionalista).

1.1 Um metalúrgico ganha a eleição.

A eleição presidencial de 2002 foi muito emblemática. Chegava ao cargo de presidente da república um torneiro mecânico sem formação superior. Não se pode esquecer isso e o reflexo que acarreta numa sociedade autoritária e meritocrática como a brasileira, reflexo dessa situação são as críticas que se fazem por alguns segmentos da sociedade ao ex-presidente por não ter diploma universitário.

1.2 Herança FHC.

Ao final de 2001, o governo FHC teve problemas ao fechar as contas do ano antes do novo presidente assumir. De acordo com a economista Maria da Conceição Tavares, os responsáveis pela política econômica do governo FHC permitiram que duas “bolhas especulativas”¹⁸ acabassem por permitir ao capital financeiro internacional financiar déficits de transações correntes em mais de 200 bilhões de dólares acumulados no período. Em junho de 1998, não conseguindo fechar as contas externas, as nossas “autoridades monetárias” foram novamente ao FMI, que por sua vez, autorizou rebaixar nossas reservas líquidas para US\$ 20 bilhões. A estimativa da taxa de câmbio do acordo original era de R\$ 1,70 para fins de 2001, mas o Citibank apostava em 2,70. Tavares diz que o erro de R\$ 1,00 a mais nas estimativas de desvalorização na taxa de juros acarretou um aumento significativo da dívida interna, que, de acordo com as estimativas do FMI, deveria alcançar R\$ 700 bilhões no fim do ano de 2001, para um governo que começou com R\$60 bilhões. O empréstimo que tinha vencimento pra dezembro de 2002 era insuficiente para fechar o balanço de pagamentos dos anos seguintes se a crise

¹⁷ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/140521-os-reus-tem-alguma-razao-ao-pedir-um-outro-julgamento.shtml>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

¹⁸ Segundo ainda Tavares, a primeira bolha ajudou a tornar o real forte, levando o setor privado a endividar-se fortemente em dólares. Acabou explodindo depois da reeleição de FHC em 1998, levando o governo a recorrer ao FMI. A segunda destinou-se à privatização e a desnacionalização da economia.

mundial que existisse se agravasse e o investimento intercompanhias diminuísse também¹⁹.

Esse era o quadro econômico internacional que o novo presidente iria enfrentar. O mercado financeiro tinha uma ressalva – beirando o medo - em relação ao que o governo Lula iria fazer, ou deixar de fazer, devido, em parte, ao seu histórico embate ideológico contra o FMI. A pergunta feita era clara: será que ele estava à altura de corresponder às responsabilidades do cargo? O peso dessa pergunta se deu não apenas pelos segmentos mais conservadores ou mais reticentes a um presidente com visões mais a esquerda, mas ecoou muito fortemente pela temeridade do Mercado.

O Brasil vivia um momento complicadíssimo. Além do alto valor do dólar em relação ao real, o risco país também era alto e registrou um recorde de alta em 27 de setembro de 2002, 2436 pontos²⁰, pouco antes de Lula tomar posse. Como se a situação já não fosse ruim o suficiente, a depreciação do real resultou em um aumento da inflação brasileira, que passou de 7,7%, no ano de 2001, para 12,5%, no ano seguinte, e em um rápido agravamento das finanças públicas do país, com um aumento da dívida líquida do setor público, de 52% do PIB, no final de 2001, para 60%, em 2002.

Nas palavras do professor de Economia da UFRJ e secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa: “O quadro geral do Brasil no final de 2002 era de descontrole macroeconômico”²¹.

1.3“Fizemos tudo errado, mas deu tudo certo” – José Alencar²².

Contudo, a avaliação do professor, passados 10 anos da posse de Lula como presidente, é de que o Brasil é um país diferente. Ressalta-se que neste decênio, o país conseguiu gerar um aumento expressivo de empregos, com aumento sustentável dos salários reais e inclusão de milhões de pessoas no mercado de trabalho e na sociedade de consumo e de massa, constituindo o que vários estudiosos chamam hoje de “nova classe média”²³.

¹⁹ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1208200106.htm>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

²⁰ Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL19707-9356,00-ENTENDA+O+QUE+E+O+RISCOPAIS.html>. Acesso em: 7 dez. 2013.

²¹ BARBOSA, Nelson. Dez Anos de Política Econômica. In: SADER, Emir (org.). Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-liberais. São Paulo. Boitempo. 2013. p.69.

²² Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Lula-o-filho-da-dialetica/4/16338>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

²³ BARBOSA, Nelson. Dez Anos de Política Econômica. In: SADER, Emir (org.). Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-liberais. São Paulo. Boitempo. 2013. p.69.

É possível ainda afirmar que a política econômica desempenhada nos últimos dez anos transformou o Brasil em um país mais estável e menos desigual por três motivos: O primeiro deles seriam as decisões do governo Lula em recuperar a estabilidade macroeconômica, após a onda especulativa de 2002, tal qual possibilitaram que os ganhos de rendas derivado do cenário internacional favorável fossem transferidos para a maioria dos brasileiros e iniciassem um círculo virtuoso de crescimento alicerçado na expansão do mercado interno, até 2008. Como é este o contexto histórico a ser trabalhado, nossa atenção será voltada a ele. Os outros dois pontos são as resoluções tomadas para amenizar a crise que eclodiu em 2008 e por fim as ações do governo Dilma frente a um quadro internacional desfavorável em 2011²⁴.

A prioridade, no período de 2003-2005, segundo Nelson Barbosa foi recuperar a estabilidade monetária e fiscal, e já no começo do governo, adotou-se uma série de medidas restritivas. Lula mantivera o acordo com o FMI firmado por seu predecessor, mantendo a sua promessa feita em sua Carta ao povo brasileiro²⁵. Sob a influência do então ministro da fazenda Antônio Palocci, o governo decidiu que o país não tinha mais necessidade de sacar recursos que o fundo internacional ainda disponibilizara²⁶.

Do lado fiscal, elevou-se a meta de resultado primário - diferença entre receitas e despesas do governo, sem considerar juros pagos ou recebidos – para conter o crescimento da dívida pública e diminuir o risco de insolvência do país²⁷. A situação macroeconômica começou a melhorar, contudo, apenas em 2004, quando o PIB teve um crescimento de 5,7%, alavancado pelo aumento no saldo comercial brasileiro e pelo aumento do consumo e do investimento interno.

O cenário internacional favorável é outro fator a se levar em questão devido à aceleração do crescimento da economia mundial capitaneada pela China. Outra condição favorável foi a redução da taxa básica de juros e pela expansão do volume de crédito, começando o que viria a se tornar uma das marcas da política econômica dos últimos dez anos²⁸.

²⁴ BARBOSA, Nelson. Dez Anos de Política Econômica. In: SADER, Emir (org.). Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-liberais. São Paulo. Boitempo. 2013. p.70.

²⁵ Disponível em: <http://www.iisg.nl/collections/carta_ao_povo_brasileiro.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2013.

²⁶ Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292013000100005&script=sci_arttext>. Acesso em: 7 dez. 2013.

²⁷ BARBOSA, Nelson. Dez Anos de Política Econômica. In: SADER, Emir (org.). Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-liberais. São Paulo. Boitempo. 2013. p.70.

²⁸ Idem, p.71.

Fazendo um balanço geral, no período de 2003 a 2005, o crescimento da econômica aumentou de maneira moderada e a inflação caiu. O crescimento médio do PIB passou de 2,1% ao ano, entre 1999 e 2002, para 3,3% ao ano, entre 2003 e 2005, enquanto que a inflação média caiu de 8,7% para 7,5% ao ano na mesma época. Essa associação não comum de aceleração do crescimento com desaceleração da inflação foi factível graças, basicamente, à apreciação da taxa de câmbio que estava muito depreciada desde 2002²⁹.

Pode-se trazer um fato simbólico que representa bem a melhora da situação nas contas externas do Brasil; estamos falando do pagamento único de 23 bilhões de dólares ao FMI, o qual encerrou a dívida do país com o fundo no final de 2005³⁰. Conjuntamente à estabilização da economia, o governo Lula realizou duas reformas relevantes neste período: uma tributária, que elevaria a receita da União nos subsequentes, e a outra da previdência, que estabilizaria o peso da aposentadoria dos servidores públicos nos cofres da União.

Iniciando pela questão tributária, em 2003, a equipe responsável pelas políticas econômicas elevou a alíquota da Confins sobre instituições financeiras, de 3% para 4%, e ampliou-se a base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre as empresas prestadoras de serviço, de 12% para 32% do faturamento para quem optasse pelo regime de lucro presumido³¹.

Em 2004, o Congresso aprovou a proposta da minirreforma tributária do governo federal, cujo crucial ponto foi a introdução de dois regimes de arrecadação do Programa de Integração Social (PIS) e da Confins, bem como a prorrogação da CPMF por mais quatro anos. Em bom português, os efeitos dessa política econômica no campo tributário foi elevar a arrecadação do governo federal nos anos seguintes, tanto em termos reais quanto em relação ao PIB³².

No biênio de 2004 a 2005 houve, também, outras reformas tributárias, que auxiliaram na expansão de crédito nos anos seguintes³³. Do lado dos empresários, a

²⁹ Idem, p.72.

³⁰ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1812200503.htm>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

³¹ No regime de lucro presumido a empresa paga sua tributação direta mediante a aplicação de uma alíquota sobre seu faturamento. A lógica desse regime é presumir que o lucro corresponde a uma parcela fixa do faturamento.

³² BARBOSA, Nelson. Dez Anos de Política Econômica. In: SADER, Emir (org.). Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-liberais. São Paulo. Boitempo. 2013. p 74.

³³ Disponível em: <http://www.fundap.sp.gov.br/debatesfundap%5Cpdf%5CLivro-Panorama_das_Economias_Internacional_e_Brasileira/12_Mercado%20de%20credito%20no%20brasil_novo.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2013.

reforma da Lei das Falências, em 2004, ajudou na expansão do crédito uma vez que simplificou e agilizou a recuperação de empréstimos em caso de dificuldades financeiras por parte de quem fez o empréstimo.

Do lado das famílias, a principal inovação no aspecto financeiro foi a admissão e disseminação do crédito pessoal a ser pago com base na retenção do salário do devedor, conhecida como “crédito consignado”. É interessante ressaltar que essa iniciativa adveio de uma sugestão da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e iniciou-se com um acordo entre os sindicatos e as instituições financeiras, no final do ano de 2003³⁴.

Nelson Barbosa destaca ainda que, mesmo em um período de ajuste macroeconômico, o governo do PT iniciou um programa de combate à pobreza organizado no aumento das transferências de renda as famílias menos favorecidas.

Iniciou-se em 2003 com o programa Fome Zero³⁵ com o intuito de combater a pobreza extrema. Nos dois anos subsequentes o plano foi aprimorado por intermédio da ligação das diversas ações de combate a pobreza em um único programa, o Bolsa Família³⁶. No final de 2005, o valor total do Bolsa Família atingiu 0,3% do PIB, beneficiando 8,7 milhões de famílias³⁷.

³⁴ Disponível em: <<http://www.cut.org.br/destaques/23636/grande-desafio-da-cut-e-educacao-previdenciaria-para-todos-os-trabalhadores-desde-a-juventude>>. Acesso em: 7 dez. 2013. e a Lei Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.820.htm>. Acesso em: 7 dez. 2013.

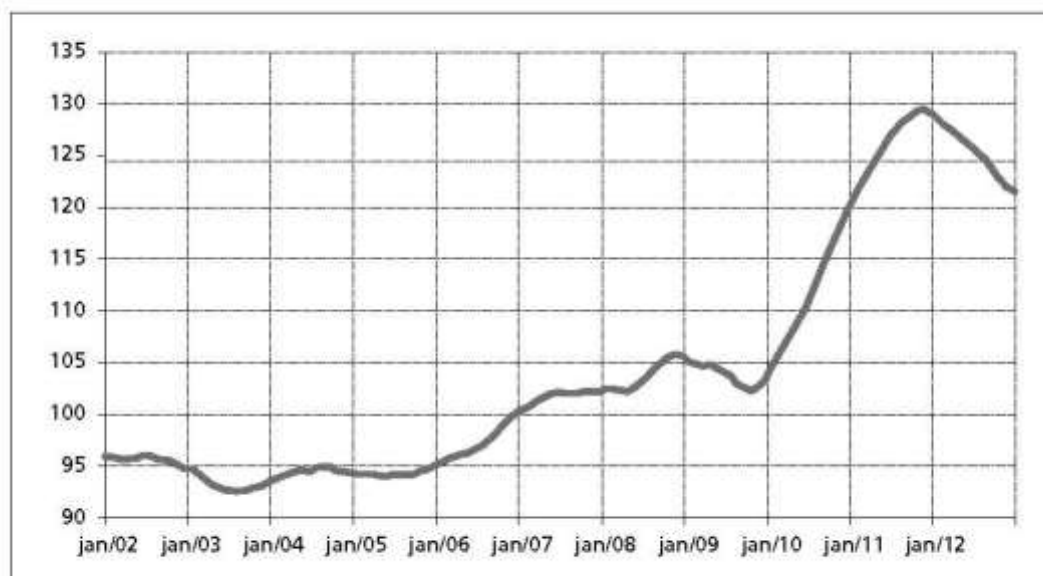
³⁵ Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

³⁶ Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

³⁷ BARBOSA, Nelson. Dez Anos de Política Econômica. In: SADER, Emir (org.). Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-liberais. São Paulo. Boitempo. 2013. p.74.

1.4 Situação brasileira em números.

Figura 1: Índice de termos de troca no Brasil
(média móvel de 12 meses, 2006=100)



Fonte: Ipeadata/Funcex.

Como pode se perceber pelo gráfico, este quadro de melhora nos termos de troca³⁸ surtiu efeito expansivo sobre a economia brasileira. Por um lado, o aumento da receita com exportações que aumentou os dividendos das empresas e a arrecadação tributária do governo, o que em seguida estimulou o investimento privado e diminuiu a restrição fiscal sobre a política econômica.

Por outro lado, o aumento nos termos de troca de um regime de câmbio igual ao do Brasil, flutuante, gerou uma apreciação da moeda brasileira, que acarretou em um impacto positivo sobre o consumo e sobre os investimentos privados no curto prazo. Não nos esquecendo de que neste período de 2003 a 2012, o cenário internacional era favorável³⁹.

A mudança na fragilidade financeira da nossa economia ocorreu essencialmente de duas maneiras: Uma cambial e outra fiscal. Do lado cambial, a política econômica manteve o regime de câmbio flutuante iniciado em 1999, como uma nova característica: a acumulação de reservas internacionais. Como apresentado na figura 2, pode se

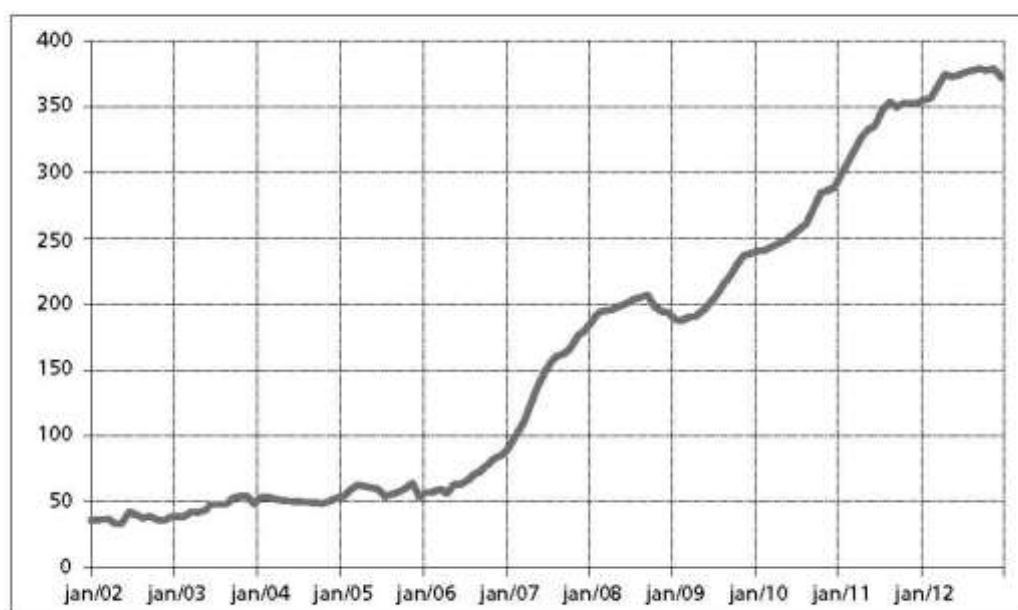
³⁸ Definição: Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$termos-de-troca;jsessionid=UfwyliyduTVGAVHm6x8IJw__](http://www.infopedia.pt/$termos-de-troca;jsessionid=UfwyliyduTVGAVHm6x8IJw__)>. Acesso em: 7 dez. 2013.

³⁹ BARBOSA, Nelson. Dez Anos de Política Econômica. In: SADER, Emir (org.). Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-liberais. São Paulo. Boitempo. 2013. p.90.

perceber o aumento vigoroso a partir de 2006, depois que foi paga a dívida junto ao FMI, concomitantemente com a melhora dos termos de troca, como visto.

É importante frisar que essa acumulação de reservas foi feita sob um pesado custo financeiro, já que se vemos a taxa de juro paga pelo governo no período pelo governo federal ficou acima da taxa de remuneração de suas reservas internacionais. Esta opção por feita pelo governo Lula, e que permaneceu no Dilma, foi com a intensão de preparar um seguro contra possíveis flutuações na economia mundial⁴⁰.

Figura 2: Reservas internacionais no Brasil – conceito liquidez (em bilhões de dólares)



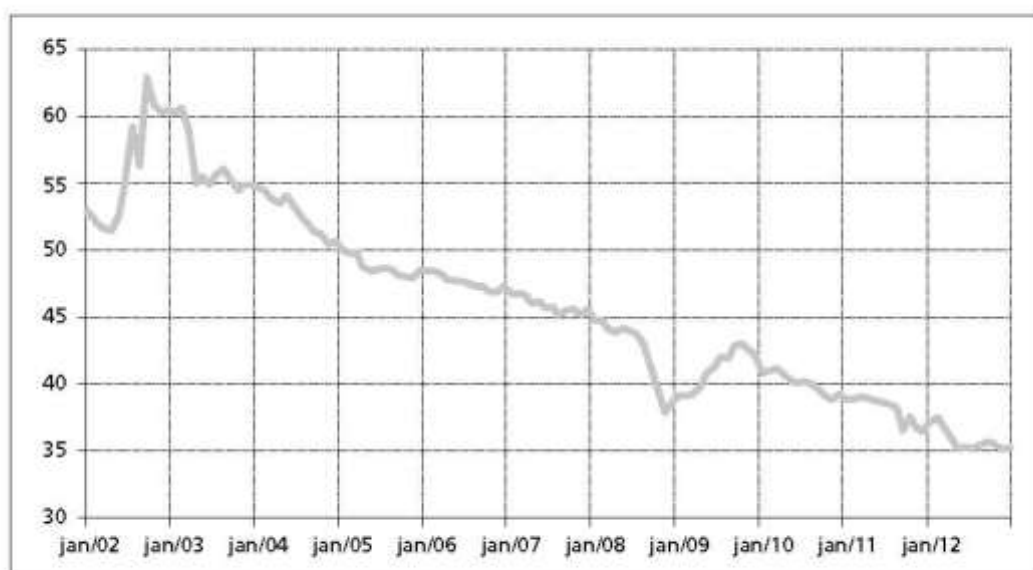
Fonte: BCB.

Já pelo lado fiscal, a política econômica brasileira buscou diminuir a fragilidade das finanças públicas frente a choques internos e externos mediante a diminuição da dívida líquida do setor público em relação ao PIB. Como podemos perceber na figura 3, o efeito dessa medida foi uma redução substancial da dívida líquida do setor público brasileiro: Saindo de 60% do PIB, no final de 2002, para 35%, no final de 2012⁴¹.

⁴⁰ Idem, p.91.

⁴¹ Idem, p.92.

Figura 3: Dívida líquida do setor público no Brasil (em % do PIB)



Fonte: BCB.

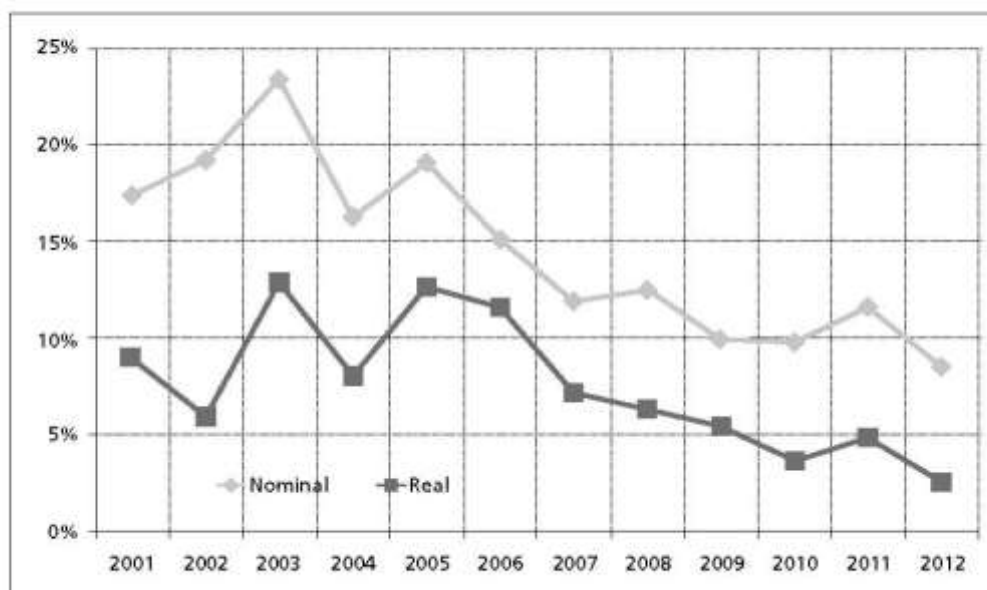
A diminuição da fragilidade financeira possibilitou a adoção de uma política mais forte de estímulo ao crescimento em 2006, e esse é mais um ponto importante da política econômica dos últimos tempos.

Pelo lado monetário, adotou-se uma meta de inflação estável de 4,5% ao ano. Diversamente às opiniões do mercado, a medida que o governo tomou na fixação da meta de inflação acabou se confirmando compatível tanto com o controle da inflação, quanto com a redução da taxa real de juros, como pode se perceber nas Figuras 4 e 5.

Pelo âmbito fiscal, o principal estímulo ao crescimento se deu por meio das transferências de renda às famílias mais pobres, com a elevação do salário mínimo e a expansão do Bolsa Família, e do gasto público destinado ao investimento em educação, como se percebe na Tabela 1⁴².

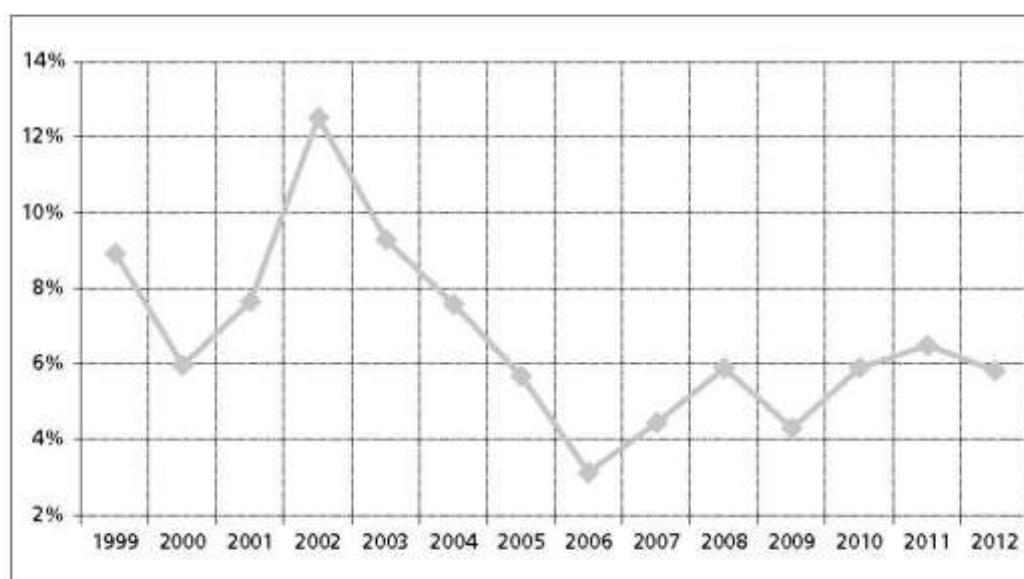
⁴² Idem.

Figura 4: Taxa Selic nominal e real, segundo o IPCA, acumuladas em 12 meses (em % ao ano)



Fonte: Ipeadata/BCB e IBGE.

Figura 5: Taxa de inflação dos preços ao consumidor no Brasil, segundo o IPCA (em % ao ano)



Fonte: Ipeadata/IBGE.

Tabela 1 : Resultado primário do governo federal (em % do PIB)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Varição 2012-02
1 - Receita primária bruta*	21,66	20,98	21,61	22,74	22,94	23,25	23,63	22,82	22,41	23,91	24,07	2,42
2 - Transferências para Estados e municípios	3,80	3,54	3,48	3,91	3,92	3,97	4,39	3,94	3,73	4,16	4,11	0,31
3 - Receita primária líquida (1-2)	17,86	17,44	18,13	18,84	19,02	19,29	19,25	18,88	18,68	19,74	19,96	2,10
4 - Despesa primária total*	15,72	15,14	15,59	16,38	16,96	17,12	16,42	17,66	17,44	17,48	18,24	2,52
4.1 - Pessoal e encargos sociais	4,81	4,46	4,31	4,30	4,45	4,37	4,31	4,68	4,42	4,33	4,22	-0,59
4.2 - Transferência de renda às famílias**	6,80	7,18	7,64	8,06	8,42	8,50	8,13	8,72	8,50	8,62	9,20	2,39
4.3 - Investimento	0,83	0,31	0,47	0,48	0,64	0,72	0,86	1,02	1,21	1,18	1,30	0,47
4.3.1 - Formação Bruta de Capital Fixo	0,83	0,31	0,47	0,48	0,64	0,72	0,86	0,99	1,18	1,01	1,06	0,23
4.3.2 - Minha Casa Minha Vida								0,03	0,02	0,17	0,24	0,24
4.4 - Subsídios e subvenções	0,16	0,36	0,29	0,48	0,40	0,38	0,20	0,16	0,21	0,25	0,25	0,09
4.5 - Demais despesas	3,12	2,84	2,89	3,06	3,04	3,15	2,92	3,08	3,10	3,10	3,28	0,16
4.5.1 - Educação	0,33	0,28	0,32	0,33	0,33	0,37	0,40	0,49	0,57	0,62	0,71	0,38
4.5.2 - Demais ministérios	2,79	2,55	2,56	2,73	2,72	2,78	2,52	2,60	2,53	2,48	2,57	-0,22
5 - Resultado primário* (3-4)	2,14	2,30	2,54	2,45	2,06	2,17	2,83	1,22	1,24	2,26	1,73	-0,41
6 - Operações não recorrentes***							-0,47		0,85		0,28	
7 - Resultado primário acima da linha (5+6)	2,14	2,30	2,54	2,45	2,06	2,17	2,36	1,22	2,09	2,26	2,01	-0,13
8 - Ajustes e discrepância estatística	0,02	-0,02	0,16	0,14	0,11	0,07	0,00	0,09	0,00	-0,01	-0,06	-0,08
9 - Resultado primário abaixo da linha (7+8)	2,16	2,28	2,70	2,60	2,17	2,23	2,35	1,31	2,09	2,25	1,95	-0,21

Fonte: Ministério da Fazenda e cálculos do autor. * Exclui operações não recorrentes. ** Benefícios previdenciários, benefícios assistenciais, seguro-desemprego e abono salarial. *** Corresponde ao depósito e saque de recursos no Fundo Soberano do Brasil, em 2008 e 2012, respectivamente, e ao impacto fiscal da cessão onerosa de petróleo e aumento de capital da Petrobras, em 2010.

Na perspectiva de longo prazo, o crescimento das transferências de renda do governo federal as famílias firmou como um elemento fundamental da política econômica do governo do ex-presidente Lula e da Dilma. Isso fez com que ao mesmo tempo estimula-se o crescimento econômico e a distribuição de renda.

Particularmente, sob o aspecto da demanda, o afluxo no aumento da arrecadação para as transferências de renda aos setores mais baixos da população teve um impacto expansionista sobre a produção, uma vez que os maiores pobres vão adquirir bens que a parcela mais rica da sociedade já possui⁴³.

A economia do nosso país se comportou bem aos efeitos do aumento da demanda e de distribuição de renda derivados das transferências de renda do governo aos mais pobres. Foi gerado um círculo vicioso de desenvolvimento fundamentado na expansão do mercado interno, em decorrência do consumo acelerado que acabou por gerar um aumento do investimento.

Percebe-se este movimento na Tabela 2, na qual se apresenta as taxas de crescimento do PIB pela perspectiva da demanda, desde 2003. No período de 2003 a 2010, o investimento cresceu a cima do PIB na maior parte do tempo, apresentando um valor menor apenas nos anos de ajuste macroeconômico de 2003 ou de uma inversão do quadro favorável do cenário internacional, nos anos de 2009 a 2012.

Outro dado importante que a tabela traz é o de que o investimento aumentou 77% na última década, e o consumo das famílias, por sua vez, cresceu 51% e o PIB, 42%. Percebe-se que o crescimento induzido pelo aumento nas transferências de renda foi puxado, sobretudo, pelo investimento⁴⁴.

De acordo com Nelson Barbosa, um terceiro ponto marcante da política econômica do período que estamos tratando, foi a forte expansão dos salários reais e a queda na taxa de desemprego, mais marcadamente a partir de 2006.

Na figura 6, podemos perceber que o rendimento médio do trabalhador brasileiro caiu, devido à inflação e ao vagaroso crescimento da economia brasileira em 2003. À medida que o governo federal conseguiu restabelecer a estabilidade macroeconômica, o rendimento do trabalho se estabilizou. Adotando uma medida mais expansionista, a partir de 2006, o rendimento aumentou, mostrando uma taxa média de crescimento de 3,5% ao ano até 2012⁴⁵.

⁴³ Idem, p.95.

⁴⁴ Idem.

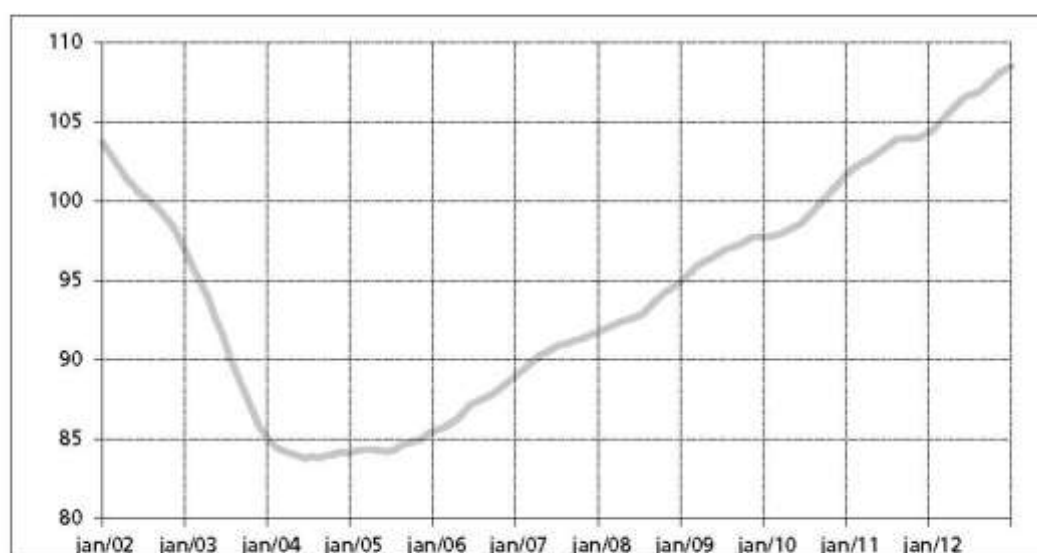
⁴⁵ Idem.

Tabela 2: Crescimento do PIB pela perspectiva da demanda
(em % ao ano)

Ano	PIB	Consumo das famílias	Consumo da administração pública	Formação bruta de capital fixo	Exportação de bens e serviços	Importação de bens e serviços
2003	1,1	-0,8	1,2	-4,6	10,4	-1,6
2004	5,7	3,8	4,1	9,1	15,3	13,3
2005	3,2	4,5	2,3	3,6	9,3	8,5
2006	4,0	5,2	2,6	9,8	5,0	18,4
2007	6,1	6,1	5,1	13,9	6,2	19,9
2008	5,2	5,7	3,2	13,6	0,5	15,4
2009	-0,3	4,4	3,1	-6,7	-9,1	-7,6
2010	7,5	6,9	4,2	21,3	11,5	35,8
2011	2,7	4,1	1,9	4,7	4,5	9,7
2012*	0,9	2,6	2,7	-2,4	0,9	1,7
Variação acumulada 2003-2012	42,1	51,4	34,8	77,1	66,7	177,5

Fonte: Ipeadata/IBGE. * O valor de 2012 corresponde ao crescimento acumulado em 12 meses até setembro daquele ano.

Figura 6: Índice de rendimento médio real do trabalho habitual no Brasil, média móvel de 12 meses (jul/2002=100)



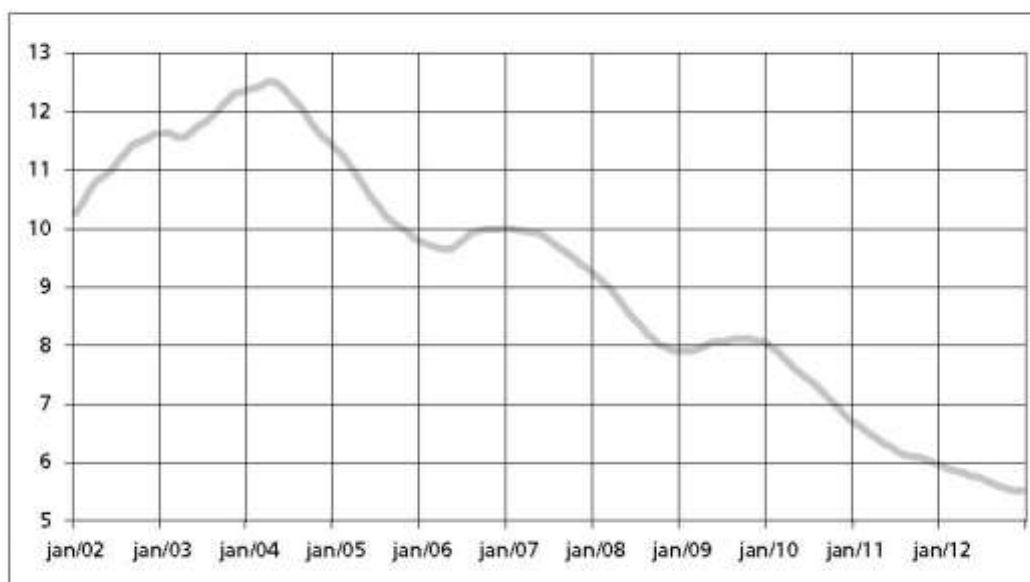
Fonte: estimativa do autor para 2002 e Ipeadata/IBGE para 2003-2012.

Podemos perceber um aumento real dos salários, importante ressaltar que foi acompanhado de uma diminuição gradual na taxa de desemprego.

Por um lado, o crescimento da economia aumentou a geração de emprego, com maior força no setor de serviços de acordo com a figura 7.1.

Por outro lado, houve uma diminuição do crescimento da população economicamente ativa no país. Estes dois fenômenos, concomitantemente com as políticas públicas de combate à pobreza, levaram a taxa de desemprego para baixo a partir de 2004, como aparece na figura 7. Percebendo o período como um todo, a taxa de desemprego caiu de 11,6%, em 2002, para 5,5% em 2012⁴⁶.

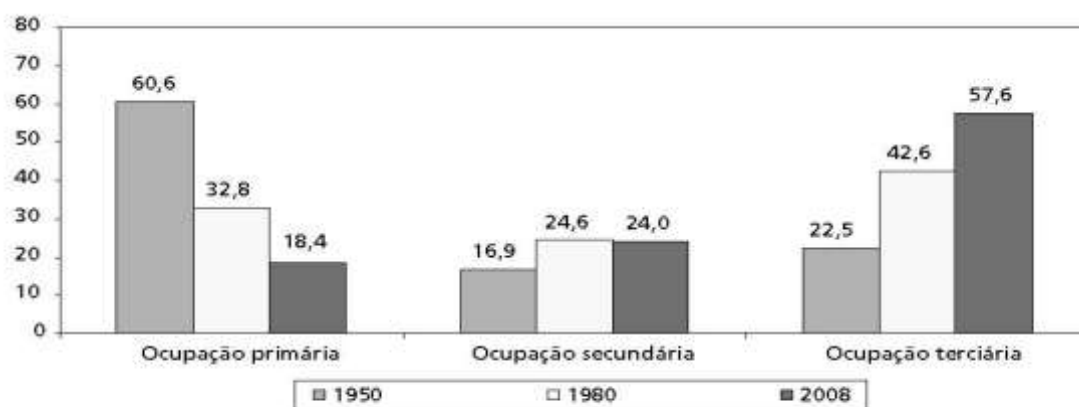
Figura 7: Taxa de desocupação no Brasil, média móvel de 10 meses (em % da PEA)



Fonte: estimativa do autor para 2002 e Ipeadata/IBGE para 2003-2012.

⁴⁶ Idem, p.97.

Figura 7.1: Evolução setorial da ocupação (em%)

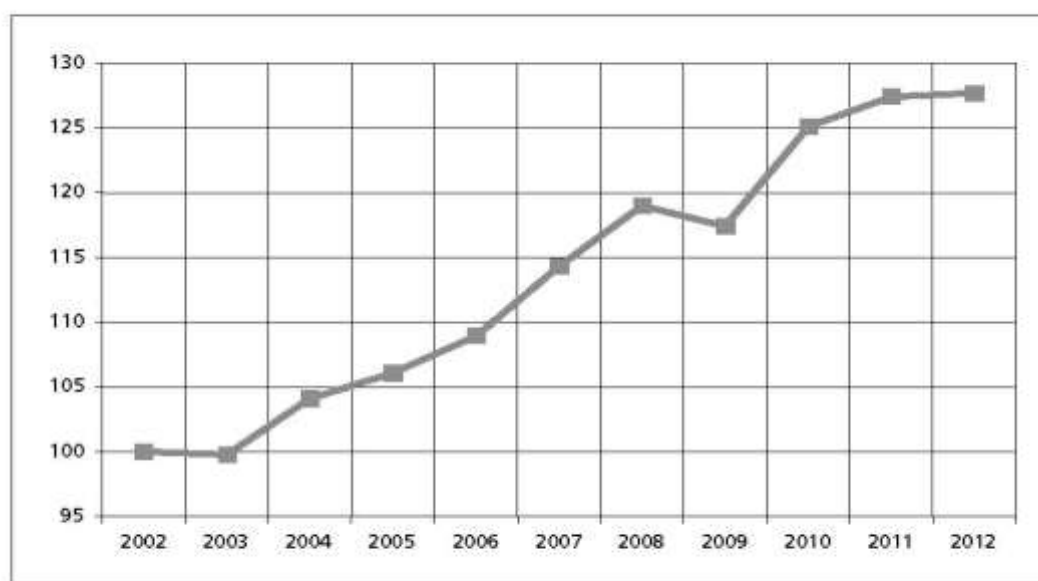


Fonte: IBGE/Censo Demográfico e PNAD (elaboração Ipea).

O quarto ponto marcante da política econômica da última década, segundo Nelson Barbosa, é a inclusão social. Com a melhora no mercado de trabalho como pode se perceber anteriormente, proporcionou uma combinação ímpar de crescimento do PIB per capita conjuntamente com a redução da desigualdade da distribuição de renda no país.

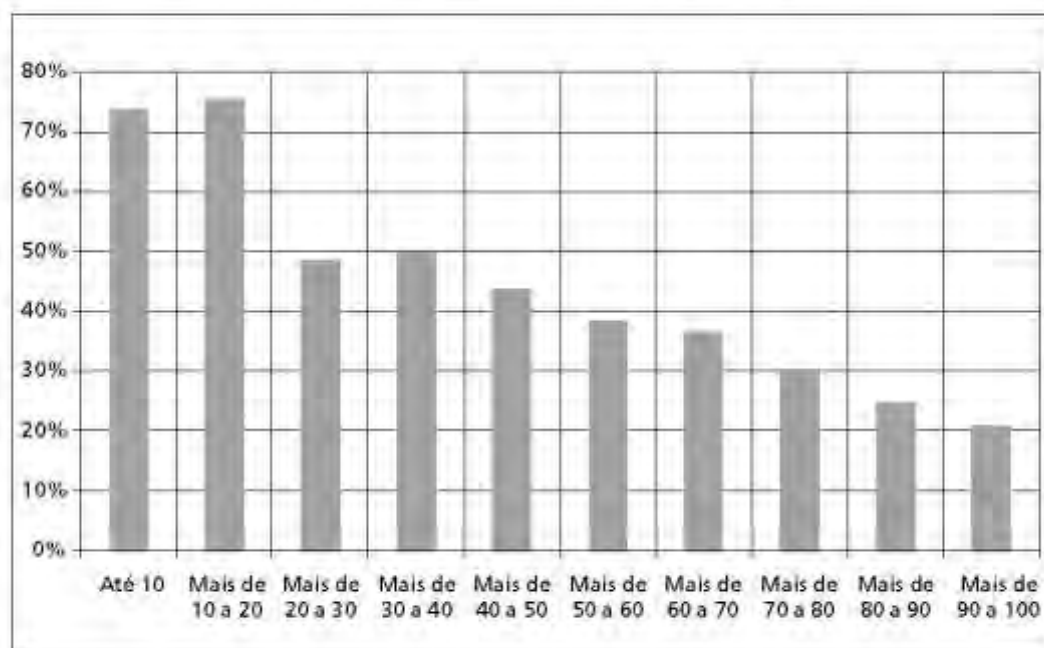
Nos últimos dez anos, o PIB per capita brasileiro aumentou 28%, como se percebe na Figura 8. O aumento médio anual do PIB per capita foi de 2,5% ao ano, entre 2003 e 2012. Mais marcante foi o crescimento da renda do trabalho nas parcelas mais pobres da população e por consequência, a queda na taxa de pobreza, que caiu pela metade, como se percebe nas figuras 9 e 10.

Figura 8: Índice do PIB *per capita* real no Brasil (2002=100)



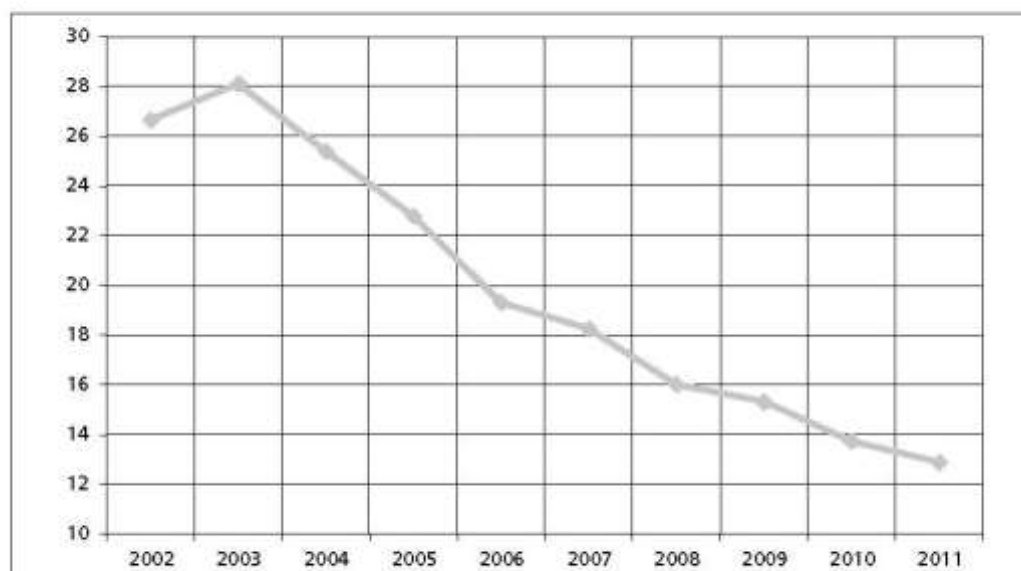
Fonte: Ipeadata para 2002-2011 e estimativa do autor para 2012.

Figura 9: Crescimento do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos de 2004 a 2011 (por percentil da distribuição de renda)



Fonte: Ministério da Fazenda/IBGE

Figura 10: Percentual de indivíduos na pobreza no Brasil



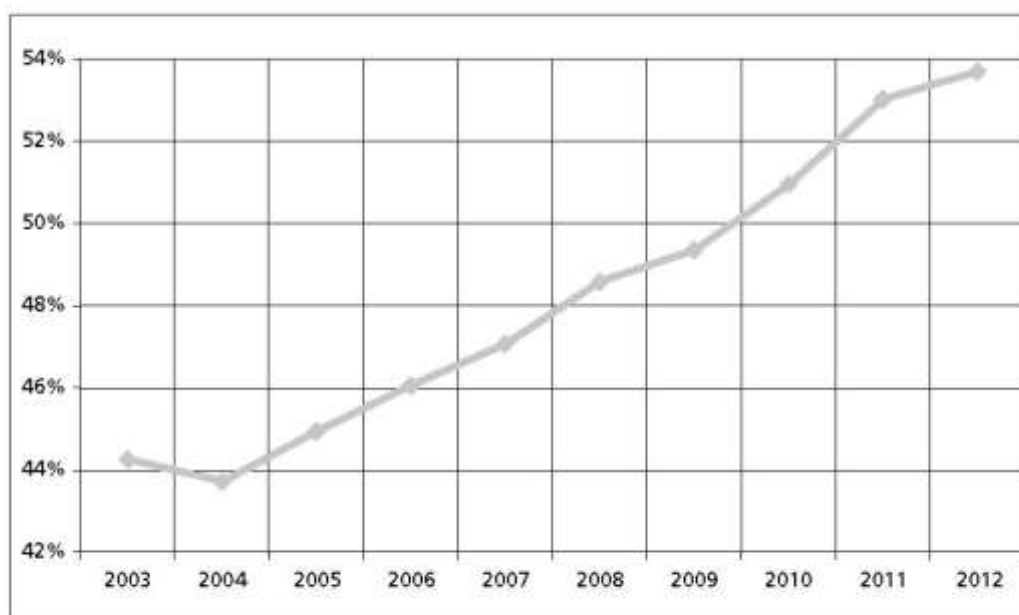
Fonte: Ministério da Fazenda/FGV.

Além da melhoria da distribuição de renda do brasileiro acompanhada pelo aumento de empregos com carteira assinada, destacamos a ampliação do volume de crédito para pessoas físicas, como as Figuras 11 e 12 mostra.

De acordo com a análise de Nelson Barbosa, após a política econômica adotada nos governos Lula e Dilma, é possível afirmar que o crescimento econômico que o Brasil teve beneficiou a maior parte da população do país.

Desta forma, o resultado representa uma importante conquista do Brasil tanto em relação a nossa história recente, pois no passado, em períodos de aceleração do crescimento, tendiam a ocorrer com concentração de renda, quanto, também em relação ao que aconteceu no resto do mundo, que também foi percebido um aumento de desigualdade nos principais blocos econômicos nos últimos dez anos⁴⁷.

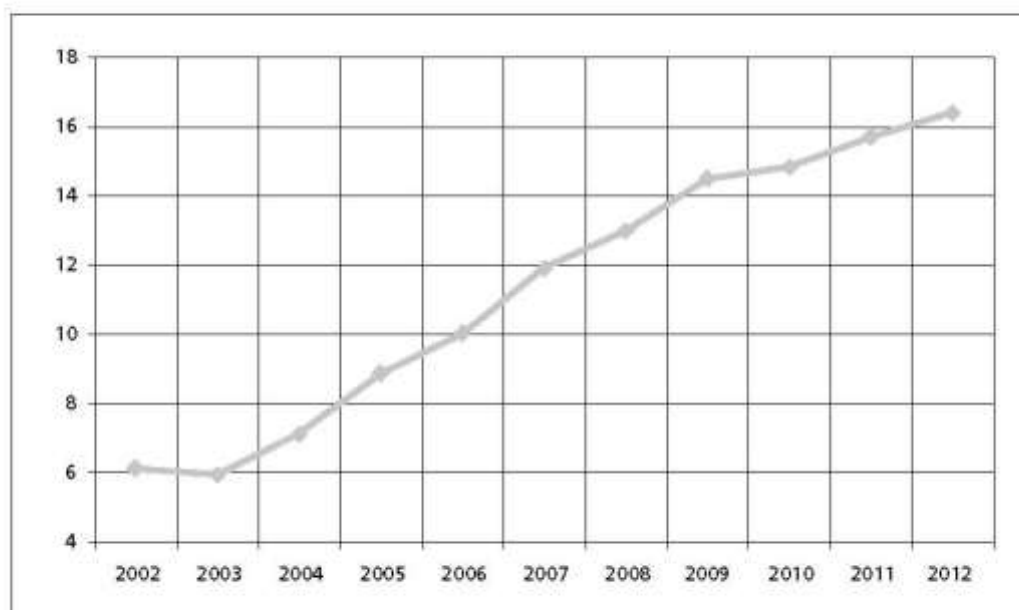
Figura 11: Taxa de formalização do mercado de trabalho no Brasil
(população com carteira assinada/população ocupada)



Fonte: Ministério da Fazenda/IBGE.

⁴⁷ Idem, p.99.

Figura 12: Volume de crédito livre para pessoas físicas no Brasil
(em % do PIB)



Fonte: Ministério da Fazenda/BCB.

1.5“É a economia, estúpido”. James Carville⁴⁸

As mudanças significativas no Brasil não foram, apenas, no aspecto econômico, mas também na área de política externa. De acordo com Maria Conceição Tavares⁴⁹ o governo Fernando Henrique Cardoso teve um retrocesso nesse quesito.

A economista relata que o Geisel tinha feito uma política externa independente dos EUA, colocando, por exemplo, embaixador em Cuba, Angola – neste último caso ajudando na libertação do país. FHC, em seu mandato, basearia sua política externa seguindo o presidente norte-americano Bill Clinton, podendo ser entendido, segundo ela, como uma espécie de “pro-cônsul”.

Exemplifica este aspecto dizendo que o Fernando Henrique falava em inglês em reuniões internacionais e que na verdade deveria falar a língua de seu país⁵⁰. É nesta

⁴⁸ MATTOSO, Jorge. Dez anos depois. In lula e Dilma 10 anos de governos pós-liberais. Org: Emir Sader. São Paulo. Boitempo. 2013 p.112. James Carville foi o publicitário de Bill Clinton em comentário sobre o porquê a administração Clinton teria sido boa e que poderia ser utilizado para os governos do PT também.

⁴⁹ Professora universitária e economista, nasceu em Anadia, Portugal em 24 de Abril de 1930. Veio para o Brasil em 1954, após formar-se em matemática pela Universidade de Lisboa. Cidadã brasileira desde 1957. Curso economia pela Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 1957 a 1960 e ingressou como pesquisadora no corpo técnico da CEPAL em 1962 onde produziu o seu estudo clássico sobre “Auge e declínio da substituição de importações no Brasil”. Doutorado em economia da indústria e da tecnologia pela UFRJ em 1975. Foi fundadora do programa de Pós-graduação e do Instituto de Economia Industrial da UFRJ, do qual foi diretora de 1986 a 1989. É Doutora Honoris Causa da Universidade de Buenos Aires desde 2001 e Professora Emérita da UFRJ desde 1993.

toada que José Luiz Fiori baseia sua linha de argumentação dizendo que: “Depois de um longo período de alinhamento quase automático do país às “grandes potências ocidentais”, o país se propôs a aumentar sua autonomia internacional, elevando a capacidade de defesa de suas posições, em virtude de seu poder político, econômico e militar”⁵¹.

Essa nova proposta para a política externa brasileira encontra seus principais objetivos definidos no Plano Nacional de Defesa (PND)⁵² e na Estratégia Nacional de Defesa (END)⁵³, aprovadas pelos deputados e senadores no Congresso Nacional no ano de 2005 e 2008, e a sua versão mais recente é a de 2012, que está em processo de discussão e aprovação parlamentar.

São nesses documentos que o governo brasileiro apresenta uma nova política externa que interage plenamente suas ações diplomáticas, com suas políticas a respeito da defesa e desenvolvimento econômico e, concomitantemente, aponta um novo conceito: “entorno estratégico” do país. A região de predileção almejada a ser influenciada tanto diplomática, econômica e militarmente por essa nova proposta é a América do Sul, a África Subsaariana, a Antártida e a Bacia do Atlântico Sul⁵⁴.

Nesse sentido percebemos a preocupação do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social (CDES)⁵⁵ nesta questão do desenvolvimento em sua Reunião Ordinária nº 41. Seminário Internacional sobre Desenvolvimento – 10 anos de CDES⁵⁶. Jacy Afonso de Melo, membro do conselho e do Comitê Gestor do CDES, em fala proferida no evento, ressaltou que o Brasil não pode se desenvolver separadamente da América Latina.

Segundo o Conselheiro, se não se fizer isso, o país seguirá o exemplo, no contexto regional latino americano, da Europa que se desenvolveu e negligenciou o continente africano. Ressaltou, ainda, que não se devem ter relações estritamente econômicas, mas culturais também. Relembrou a fala do escritor paraguaio Ron Bastos

⁵⁰ Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=K_qunKjZf4U&hd=1>. Acesso em: 7 dez. 2013.

⁵¹ FIORI, José Luiz. *O Brasil e seu “entorno estratégico” na primeira década do século XXI*. In: SADER, Emir (org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-liberais*. São Paulo. Boitempo. 2013p.31.

⁵² Disponível em: <http://eblog.eb.mil.br/wp-content/uploads/2013/09/politica_nacional_defesa.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2013.

⁵³ Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2013.

⁵⁴ FIORI, José Luiz. *O Brasil e seu “entorno estratégico” na primeira década do século XXI*. In: SADER, Emir (org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-liberais*. São Paulo. Boitempo. 2013.p.32.

⁵⁵ Disponível em: <<http://www.cdes.gov.br/conteudo/41/o-que-e-o-cdes.html>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

⁵⁶ Disponível em: <<http://www.cdes.gov.br/evento/8916/pleno-do-cdes-reuniao-ordinaria-n-41-seminario-internacional-sobre-desenvolvimento-10-anos-de-cdes.html>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

– e aqui caracteriza bem o que o governo brasileiro queria mudar no cenário local – sobre as relações entre os países da América Latina, em entrevista dada a Folha de São Paulo ao ser perguntado se ele tinha contato com escritores brasileiros:

Folha - O Sr. tem contato com escritores brasileiros?

Bastos - Sim. Fui amigo de Guimarães Rosa. Tivemos vários encontros, em reuniões de escritores na Europa e outras partes. Também há outras duas pessoas a quem muito estimo -Clarice Lispector e Jorge Amado. Tenho preferência mesmo pela obra de Guimarães Rosa. A literatura brasileira é a mais importante da América Latina. Desgraçadamente, nos vemos privados de ler obras valiosas dessa literatura, tão igual à imensidão do seu país. A literatura brasileira é um verdadeiro continente. Recordo-me de uma frase de Guimarães Rosa, que lamentava a falta de união entre a América de fala hispânica e a de fala de português. Ele dizia que elas estão grudadas pelas costas, mas não se veem os rostos, irmãs siamesas. Isso define o desconhecimento que há entre os países de fala hispânica e o Brasil. Pretendo viver um tempo no Brasil⁵⁷.

Melo conclui essa parte da fala dizendo que o ex-presidente Lula em viagem a África, falava que não bastasse “dar as costas” à América Latina, o Brasil “empinava o nariz”, se recusava a ver o continente africano para “olhar” para a Europa⁵⁸.

No entanto, não foi apenas no âmbito regional que a política externa brasileira se destacou. É importante ressaltar acordos diplomáticos de grande peso internacional, como no caso do programa de energia nuclear iraniano, no qual havendo grande tensão entre Teerã e Washington nas negociações, a participação do Brasil e da Turquia intermediando acordo que acabou não sendo levado em conta por Barak Obama, o qual acabou por sancionar restrições ao país do Khomeini⁵⁹.

O presidente Lula diversificou comércio externo brasileiro, aumentando seus parceiros comerciais, ficando cada vez mais independente dos Estados Unidos.

1.6 Governo Lula: Um sucesso inesperado.

Diante de todo esse cenário positivo, ficou difícil fazer críticas severas ao governo petista. A oposição não tinha subterfúgios econômicos para tentar mostrar

⁵⁷ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0605200007.htm>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

⁵⁸ Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=fyiXecq-nF8>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

⁵⁹ Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,brasil-ira-e-turquia-fecham-acordo-sobre-troca-de-uranio-enriquecido,552806,0.htm>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

como um torneiro mecânico com ideário socialista era incompetente e não podia ser reeleito. Pode-se aqui tentar traçar um paralelo a administração Clinton.

As críticas que Bill Clinton recebeu foram da mesma categoria das que o governo Lula recebeu: os dois governos foram marcados por escândalos políticos. Nos dois governos, tanto o americano quanto o brasileiro, a política econômica ia muito bem. A administração Clinton teve o maior superávit da história do país, a mais baixa taxa de desemprego em mais de 40 anos, o aumento real de poder aquisitivo em mais de 20 anos e o maior corte de benefícios sociais jamais vistos em qualquer governo dos EUA⁶⁰.

O foco da crítica feito pela oposição com direção aos governos acabou indo para o âmbito político, já que para o âmbito econômico ficaria difícil questionar os benefícios. No caso americano foi denunciado um escândalo sexual envolvendo uma estagiária da casa branca e o presidente – o que acabou por gerar uma cena famosa de Bill Clinton falando que não tinha tido relações sexuais com a estagiária, simultaneamente em que estava com o dedo esticado da mão⁶¹.

No caso brasileiro foi um escândalo político envolvendo o partido do governo e seus dirigentes, e de todas as formas tentou-se vincular a figura do ex-presidente Lula. Não conseguindo atacar a figura do presidente, a alternativa utilizada foi acusar, como chefe do esquema, aquele que provavelmente seria o seu sucessor no cargo, o então ministro da casa-civil, José Dirceu.

Depois que o escândalo do mensalão surgiu à figura do José Dirceu canalizou as críticas que se faziam ao PT. Essa talvez seja uma linha de pensamento que nos possibilita entender porque aconteceu a acusação do “mensalão” e não de outro escândalo envolvendo o PT.

Tal acusação desembocou na conhecida Ação Penal 470.

⁶⁰ Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2001/010116_clintonlegado.shtml>. Acesso em: 7 dez. 2013.

⁶¹ Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=gV6yhEbEw9c>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

1.7 Crise do mensalão.

A ação penal 470 ou como ficou corriqueiramente conhecida, o caso “mensalão” parece ter se tornado um mito brasileiro do século XXI, um fantasma que aparece em qualquer discussão sobre política ou qualquer discussão que envolve o Partido dos Trabalhadores na atualidade.

De antemão é preciso dizer que este trabalho monográfico não se propõem a fazer avaliações jurisdicionais da ação penal, estas avaliações cabem aos indivíduos ligados à matéria de direito e, especialmente, àqueles ligados à matéria de direito penal.

A intensão deste trabalho monográfico é meramente apontar para os discursos proferidos sobre o escândalo e como o gênero musical RAP se apropriou dele. A fim de que o véu que o cobre e dificulta sua melhor apreensão seja tirado e que possamos ver com maior clareza o acontecimento histórico. Tentaremos fazer uma espécie de cronologia do caso, rememorando alguns acontecimentos.

Tudo comentou com a denúncia de corrupção feita pela Revista “Veja” de um ex-funcionário dos Correios Maurício Marinho, que era ligado ao ex-deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ) em 18 de maio de 2005⁶². Em 6 de junho do mesmo ano, à Folha de São Paulo, Jefferson denuncia o que ele chama de esquema de mesada de R\$30 mil pela cúpula do PT para congressistas aliados votarem a favor de projetos do governo⁶³.

O caso então passou a ser investigado pela CPI dos Correios, instaurada pelo caso de corrupção denunciado pela Veja. No dia 11 de agosto, em depoimento à CPI dos Correios, o publicitário Duda Mendonça – que fez a campanha presidencial de Lula em 2002 – admitiu ter sido pago com dinheiro de caixa 2.

No Plenário da Câmara é aprovado, em 1 de dezembro de 2005, a cassação do mandato e perda dos direitos políticos até 2015 do então deputado José Dirceu⁶⁴. Em abril de 2006, a CPMI concluiu seus trabalhos e enviou para o judiciário um relatório das investigações pedindo o indiciamento de mais de cem pessoas.

Com base nas investigações feitas pelo Congresso e nas dezenas de inquéritos da Polícia Federal que as ampararam, ainda em abril de 2006, o então procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, encaminhou ao Supremo Tribunal Federal –

⁶² Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL93512-5601,00-CASO+QUE+GEROU+MENSALAO+SEGUE+SEM+SOLUCAO.html>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

⁶³ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u69402.shtml>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

⁶⁴ Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/mensalao/infografico/platb/cronologia>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

STF - uma denúncia contra 40 pessoas citadas no relatório do congresso. Assim, na nossa Suprema Corte foi aberta a investigação judicial do mensalão, o inquérito 2245⁶⁵.

Em agosto de 2007, o ministro do STF encarregado deste inquérito, Joaquim Barbosa, manifestou seu voto em relação à denúncia de Souza, que essencialmente a endossou. Desta maneira, iniciou-se a Ação Penal 470 contra os 40 acusados, dentre eles: 28 políticos, agregando parlamentares, ministros e auxiliares, sendo 11 do PT e 17 de partidos como PP, PL, PTB e PMDB, da base aliada do governo; quatro banqueiros do Rural, um do banco de Minas Gerais; e oito pessoas de agências de publicidade, dentre elas, Marcos Valério, e Duda Mendonça, responsável pelo marketing da campanha de Lula em 2002⁶⁶.

Em setembro de 2011, o então procurador-geral da República, Roberto Gurgel, que sucedeu a Souza, apresentou as “alegações finais” ao relator, o ministro Barbosa. Este, por sua vez, no dia 19 de dezembro, encaminhou ao presidente da corte, Cezar Peluso, o “relatório final”, sete anos após o início das denúncias⁶⁷.

Em aspectos físicos, o processo do mensalão é o maior da história da suprema corte: são 49 mil páginas, divididas em 233 volumes principais e 495 livros de documentos anexos, ocupando quatro grandes estantes no anexo do STF. Joyce Russi, coordenadora-geral de comunicação da corte, faz comparação da papelada com o material reunido na AP 307, a do *impeachment* do Collor. Segundo ela, o processo ocupava apenas algumas prateleiras de uma única estante e só tinha cinco réus⁶⁸.

1.8 Mensalão e a tv, tudo ou nada a ver? O papel da mídia e do rap.

Este processo foi de grande magnitude, mas não foi apenas no aspecto físico, foi também no aspecto midiático. Não se busca aqui fazer uma problematização aprofundada da questão da abordagem da mídia de massa no caso específico do mensalão. Contudo, é impossível ao tentar tratar o assunto numa análise crítica, não mencionar esse ponto devido às proporções que o julgamento tomou neste campo. É importante frisar a relevância que a televisão ainda ocupa na divulgação das notícias no Brasil.

Pierre Bourdieu chama nossa atenção para o aspecto de que a televisão ainda possui bastante relevância em divulgar notícias quando diz que “A televisão tem uma

⁶⁵ QUERIOZ, Antônio Carlos. *A outra tese do mensalão*. Belo Horizonte. Editora Manifesto. 2012. p. 22.

⁶⁶ Idem, p.23.

⁶⁷ Idem, p.24.

⁶⁸ Idem.

espécie de monopólio de fato sobre a formação das cabeças de uma parcela muito grande da população”⁶⁹.

Em sua análise, o sociólogo francês, chama a nossa atenção para refletir sobre o que se passa na televisão, com igual importância sobre o que não se passa nela. Nesse sentido, ele diz que as “notícias de variedade” é um tipo de informação essencial para a grade de programação porque ela interessaria todo mundo com poucas consequências e ainda ocuparia pouco tempo; tempo que poderia ser usado para outros fins mais importantes.

Bourdieu nos faz lembrar que tempo é algo extremamente esparso na televisão, e se esses minutos valiosos são destinados a se dizer coisas tão fúteis, é que essas coisas fúteis na verdade são muito importantes, no sentido em que ocultam outras coisas importantes⁷⁰.

Outro aspecto importante, destacado por Bourdieu, ao se pensar o impacto da televisão nos indivíduos é que ela possui um perigo político inerente, no sentido que a imagem que ela passa pode produzir o que os críticos literários chamam *o efeito do real*, ela poderia fazer ver e fazer crer no que faz ver. Isso nos alerta a observar que os acontecimentos do cotidiano retratados na televisão podem estar carregados de implicações políticas, éticas, entre outras, capazes de avivar sentimentos fortes, frequentemente negativos, como racismo, xenofobia.

O autor ressalta, ainda, que a simples narração, implica sempre numa construção social da realidade capaz de exercer efeitos sociais de mobilização – ou desmobilização⁷¹.

Na mesma linha interpretativa de Bourdieu, Silvio Caccia Bava diz que a televisão é o meio pelo qual se (des) informa o maior número de indivíduos. Em 2011, 96,9% dos domicílios tinham televisão, mostrando assim o papel preponderante que a televisão ocupa como sendo o meio de comunicação mais difundido e utilizado em nosso país.

Em fevereiro de 2013, de acordo com o Ibope, as maiores audiências da TV foram as novelas, os reality shows, o *Jornal Nacional*, a segunda edição do noticiário e os programas de auditório. A preponderância da audiência é da Rede Globo: foi da emissora carioca os 47 programas mais vistos na TV em 2012.

⁶⁹ BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Tradução, Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 1997. P 23.

⁷⁰ Idem.

⁷¹ Idem, p 28.

Ainda segundo Bava, poucas pessoas procuram informações em outros meios. Portanto, a opinião é formada majoritariamente pela televisão, no Brasil, com o dado citado acima, nos parece ser formada pela Rede Globo.

O sociólogo ressalta que sempre por trás de uma mensagem há alguém que a envia, e devemos nos perguntar por que esse alguém nos envia essa mensagem naquele exato momento. Conclui dizendo que a sincronia, por exemplo, entre a ampla divulgação do julgamento do mensalão com as últimas eleições é um destes momentos⁷².

Dessa forma, mencionamos esse caráter midiático do julgamento, pois este é o primeiro aspecto a ser representado na primeira música do álbum *manifesto ½ 171* do rapper De Leve, que será tratado mais detalhadamente no capítulo 3, o da análise da fonte. Por agora vamos tentar entender um pouco mais o mensalão, para isso precisamos voltar ao começo, a denúncia.

1.9Desatando o nó.

Voltemos um pouco à fita e detenhamos nossa atenção à denúncia de Roberto Jefferson. É interessante percebermos que ele teve o seu mandato de deputado cassado, por falta de decoro, por fazer a denúncia a CPI sem ter provas⁷³. Contudo as suas denúncias foram centrais para a implementação de três comissões de inquérito: a dos Correios, a dos Bingos e a da Compra de Votos, cada uma tendo um objetivo específico, e sem sombra de dúvidas a mais importante foi a CPMI dos Correios, a primeira a ser instalada e a ter mais repercussão.

Antônio Carlos Queiroz aponta que foi Jefferson quem criou a marca “mensalão”. Na primeira entrevista à Folha de São Paulo, no dia 6 de junho, ele escondeu que o PTB tinha um acordo com o partido que ele estava denunciando para receber dinheiro clandestinamente, 4 milhões de reais já teriam sido transferidos ao PTB.

Em seu livro, o ex-deputado cita que, naquele momento, chegara a afirmar que o dinheiro do mensalão vinha de estatais e empresas privadas envolvidas em licitações e chegava a Brasília em malas⁷⁴. É interessante perceber que na própria defesa do ex-

⁷² Idem.

⁷³ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u72362.shtml>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

⁷⁴ QUEIROZ, Antônio Carlos. *A outra tese do mensalão*. Belo Horizonte: Editora Manifesto. 2012. p.29-30.

deputado na ação penal 470 argumenta que não se tratava de propina, mas de recurso lícito destinado à eleição municipal de 2004⁷⁵.

Esses dois momentos, a denúncia de Jefferson e a petição de sua defesa, nos servem como exemplos para compreender melhor as duas teses existentes sobre o mensalão. De um lado, teríamos aquilo que o ex-procurador-geral da República chamou de “maior escândalo de corrupção do país” para compra de apoio político no congresso; e por outro lado, como atesta a defesa de Delúbio Soares, que o dinheiro utilizado era para pagamento de dívidas de campanha⁷⁶.

Com o intuito de desatar esse nó, é relevante o sentido que aponta o jornalista Antônio Carlos Queiroz:

Não se pode acompanhar a história do mensalão sem tomar posição em relação a duas teses em disputa para articular de modo coerente a multidão de fatos relacionados ao assunto: a de que se trata do “maior escândalo político da história da República”, como pretendem a grande mídia conservadora e os partidos de oposição, ou a de que os fatos revelados por dezenas de investigações, dos parlamentares e da Polícia Federal, mostram basicamente um grande financiamento clandestino dos partidos políticos ligados ao governo, logo após a vitória dos petistas nas eleições presidenciais de 2002⁷⁷.

A denúncia feita pelo Ministério Público se baseia em dois crimes, o de formação de quadrilha e o de desvio de dinheiro público. Neste momento é bom retermos a nossa atenção a estas questões, pois serão importantes para entender porque existe um discurso que clama para que o julgamento seja anulado.

1.10A denúncia de formação de quadrilha.

O reflexo da complexidade da questão relacionada à formação de quadrilha está no quadro de votações dos ministros do supremo tribunal federal em relação a este quesito. O resultado da votação foi de 6 pela condenação e 4 a favor da absolvição. O ministro Cezar Peluso não chegou a proferir seu voto na questão de formação de

⁷⁵ Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2011-set-12/roberto-jefferson-nega-ilegalidade-recebimento-dinheiro-pt>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

⁷⁶ Anexo I.

⁷⁷ QUERIOZ, Antônio Carlos. *A outra tese do mensalão*. Belo Horizonte. Editora Manifesto. 2012. p. 8.

quadrilha em decorrência de sua aposentadoria compulsória⁷⁸. Outro ministro que se aposentou foi Carlos Ayres Britto pelo mesmo motivo⁷⁹.

Como se pode perceber, a corte não continha os 11 ministros. Para completar a corte, a presidente Dilma Rousseff nomeou os ministros Teori Zavascki e Luís Roberto Barroso para ocupar as cadeiras vagas. Eles tem o potencial de reverter o voto das penas, por formação de quadrilha, aplicadas aos réus que tenham recebido, pelo menos, 4 votos pela absolvição⁸⁰ em função dos embargos infringentes⁸¹.

Tentando compreender o que significa os embargos infringentes, podemos dizer que são recursos que os advogados de defesa utilizam, numa espécie de “pedido” aos ministros do STF, de que eles reafirmem ou mudem os votos proferidos. O próprio fato de haver uma proximidade quantitativa entre os votos contra e a favor da condenação mostra a delicadeza e complexidade do assunto – pois, se fosse clara a situação, não haveria dúvidas –, e acima de tudo, o peso da interpretação dos juízes, que conta muito, pois essa decisão afeta diretamente o regime de pena a ser adotado.

Vale relembrar que só se pediu que aplicasse os embargos nos casos que havia quatro votos pela absolvição - situação dos réus, como por exemplo: Delúbio Soares, José Genuíno e Jose Dirceu. Outro aspecto importante em relação a aceitação dos embargos é uma possível mudança na sentença, no tocante a acusação de formação de quadrilha, porque se for declarada a inocência dos réus, tal acusação, um dos pilares do processo, deixaria de existir.

1.11. Adenúncia de desvio de dinheiro público.

Com relação à origem do dinheiro, o ministro Joaquim Barbosa, aponta que a maior parte dele veio do fundo Visanet⁸², formado por diversos bancos para estimular o

⁷⁸ Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,cenarios-com-aposentadoria-de-peluso-como-fica-voto-do-mensalao,920108,0.htm>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

⁷⁹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/mensalao/noticia/2012/11/aposentadoria-de-ayres-britto-e-publicada-no-diario-oficial.html>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

⁸⁰ Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/09/18/interna_politica,450164/novo-julgamento-do-mensalao-pode-acontecer-com-um-outro-stf.shtml>. Acesso em: 7 dez. 2013.

⁸¹ Definição de embargos infringentes segundo o site <<http://jb.jusbrasil.com.br/definicoes/100003127/embargos-infringentes>> acessado em 28/11/2013: 1) Cabem embargos infringentes quando não for unânime o julgado proferido em apelação e em ação rescisória. Se o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto da divergência. 2) Para o julgamento dos embargos infringentes, nas Varas do Trabalho, é desnecessária a notificação das partes.

⁸² A companhia Brasileira de Meios de Pagamento (Visanet) é uma empresa privada cuja participação societária é composta basicamente por instituições financeiras que se utilizavam da Bandeira Visa, entre elas o Banco do Brasil, empresa de capital misto controlado pela União, que participava com 31,9964% do capital da empresa em 31/12/2002. Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos correios” Volume II

uso de cartões de crédito⁸³. Esse desvio teria sido feito entre 2003 e 2004, pelo então diretor de Marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato.

Para entender melhor como se baseia a denúncia, vamos ao que disse o ex-procurador-geral da República, Roberto Gurgel. Segundo ele foi desviado, em recursos públicos do Banco do Brasil, por meio do fundo Visanet, um montante de 73 milhões de reais para abastecer o esquema do mensalão. Para o ex-procurador, a verba teria sido apropriada pela DNA Propaganda, agência de Marcos Valério, com aprovação do então diretor do Banco do Brasil, Henrique Pizzolato⁸⁴.

Contudo, no site do relatório final da CPMI dos Correios, a mais importante no caso do mensalão, como dito anteriormente, mostra outras quantias⁸⁵. O primeiro diagrama referenciado nos Volumes do Relatório Final aponta, após cruzamento contábil e financeiro, o total de R\$55.029.370,18⁸⁶.

Aqui é possível afirmar, remetendo a frase de Antônio Carlos Queiroz, que fica difícil acompanhar a história do mensalão com dois montantes financeiros diferentes. Isso demonstra a dificuldade de avaliar, exatamente, quanto dinheiro foi desviado. Um passo dado que poderá mostrar melhor qual é o exato valor foi a notícia de que o Banco do Brasil resolveu reaver os recursos que teriam sido desviados⁸⁷. Em artigo, Paulo Moreira Leite tenta avaliar esta situação.

Segundo o jornalista, os dados existentes colocariam em questão a ideia de desvio de recursos. Haveria dois levantamentos conhecidos sobre o destino do dinheiro. Em nenhum deles apontaria desvios que beirassem os 100%, como se dito no STF. Os levantamentos apontaram que a maioria dos recursos foram gastos em eventos de publicidade.

O levantamento feito pelo escritório Simonaggio Perícias, de São Paulo, chegou a concluir que 85% dos gastos com Visanet, foram gastos em eventos publicitários para promover o cartão Ourocard. De acordo com o advogado Silvio Simonaggio, os 15% que faltam da análise não foram possíveis de se ter acesso por se encontrar nos arquivos

p.582.Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/cpi/relatoriofinalcorreios.asp>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

⁸³ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/62017-dinheiro-publico-abasteceu-mensalao-conclui-ministro.shtml>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

⁸⁴ Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,gurgel-diz-que-desvio-de-r-73-mi-do-bb-abasteceu-mensalao,910790,0.htm>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

⁸⁵ Ver nota 82.

⁸⁶ Disponível em: <http://www.senado.leg.br/comissoes/CPI/Diagramas/a3/Diagrama01-CPI_Mensalao.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2013.

⁸⁷ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/stf-envia-dados-do-mensalao-para-banco-do-brasil-tentar-reaver-dinheiro-desviado-10879647>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

da Cielo, antes Visanet, no Banco do Brasil e no Instituto de Criminalística da Polícia Federal⁸⁸.

Outro levantamento ressaltado por Moreira Leite é o feito pelo jornalista Raimundo Pereira, da revista retrato do Brasil⁸⁹. O apontando vai na mesma direção acima citada, pois a partir da declaração da Visanet para a Receita Federal, o trabalho realizado demonstra uma contabilidade coerente entre pagamentos e gastos. Também dá nomes ao beneficiado, no caso, a DNA Propaganda de Marcos Valério.

O levantamento explicaria as campanhas realizadas e os eventos patrocinados. Ressalta-se que como é comum em campanhas de publicidade se destinam recursos aos meios de comunicação e assim, seria fácil verificar se eles foram desviados ou não. O levantamento mostra, ainda, que a TV Globo recebeu soma aproximada de cinco milhões de reais.

Outra discussão relevante para se pensar este escândalo é a origem do dinheiro, se ele é público ou se é privado.

Por um lado, a tese que sustenta que o dinheiro é de origem pública se dá na medida em que se argumenta que o BB – uma sociedade de economia mista – possui seu capital majoritariamente formado com recursos públicos⁹⁰. Assim, o BB como acionista do fundo e tendo a sua diretoria, autonomia para a utilização dos recursos que este fundo possuía, os seus diretores seriam responsáveis pela alocação dos recursos, ou seja, as decisões não teriam coparticipação, caberia apenas aos respectivos diretores.

Por outro lado, uma auditoria feita pelo próprio Banco do Brasil, em 11 de janeiro de 2006, apontou no sentido inverso. O regulamento que teria criado o Fundo de Investimento Visanet, que pertence a Visa, estabelece que a empresa “sempre se manterá com legítima proprietária do Fundo, devendo os recursos serem destinados, exclusivamente, para ações de incentivo, não pertencendo os mesmos ao BB Banco de Investimento nem ao Banco do Brasil”.

A auditoria apontou, também, que “as despesas com as ações seriam pagas diretamente pelo Visanet” às agências de publicidade ou reembolsadas pelo

⁸⁸ Disponível em: <http://www.istoe.com.br/colunas-e-blogs/coluna/paginar/336501_VAI+APARECER+A+VERDADE+SOBRE+OS+R+73+8+MILHOES+D+A+ACAO+PENAL+470+/42>. Acesso em: 7 dez. 2013.

⁸⁹ Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=tq15GeVliVI>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

⁹⁰ Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios”. Volume II. p.584. Ver nota 82.

incentivador. Afirmar ainda que “O Banco optou pela forma de pagamento direto, por intermédio da empresa fornecedora, sem trânsito dos recursos pelo BB”⁹¹.

Se for este o caso, cai por terra a acusação de desvio de dinheiro público, levando assim a uma revisão do caso, já que os dois pilares não existiram mais.

A intensão deste trabalho monográfico não é reavaliar as decisões da Suprema Corte deste país sobre os referidos crimes de formação de quadrilha e desvio de dinheiro público. O que se buscou foi organizar as informações a respeito da ação penal 470 com o intuito de lançar luz sobre os discursos que existem, buscando ir para além do discurso midiático e tentando compreender por que existem duas teses: uma que diz que é o maior crime de corrupção do país e a outra que, baseada nos dados acima expostos, pede a anulação do julgamento.

1.12 Saindo de cima de muro.

Frente ao espanto que se tem ao ouvir dizer que o maior caso julgado no STF deveria ser anulado por falta de provas – ou podendo se entender que as provas não mostram aquilo que a denúncia afirma que aconteceu – poderíamos indagar: afinal de contas o que teria acontecido então? E aqui voltamos à afirmação de Antônio Carlos Queiroz quando diz que é impossível acompanhar a história do mensalão sem se tomar uma posição entre as duas teses.

Neste caso, este trabalho está alinhado com o posicionamento do jornalista que diz que “fatos revelados por dezenas de investigações, dos parlamentares e da Polícia Federal, mostram basicamente um grande financiamento clandestino dos partidos políticos ligados ao governo, logo após a vitória dos petistas nas eleições presidenciais de 2002”.

Dado este primeiro passo em relação ao entendimento do que seria este “mito” que se tornou o mensalão, podemos trazer o que Marilena Chauí falou acerca do tema⁹². Segundo a filósofa tentou-se transformar o mensalão em questão moral. No entanto, ele seria o efeito da enorme distorção produzida pela ditadura no campo institucional da política. Ela dá o exemplo que o “valérioduto” que sustentaria Minas Gerais e o Serra é o mesmo que suporta os petistas e conclui dizendo que este tipo de escândalo acontece

⁹¹Disponível em: http://www.istoe.com.br/colunas-e-blogs/coluna/paginar/336501_VAI+APARECER+A+VERDADE+SOBRE+OS+R+73+8+MILHOES+D+A+ACAO+PENAL+470+/42. Acesso em: 7 dez. 2013.

⁹² Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=jPRmiQCPm9g&hd=1>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

pela impossibilidade de mudança da institucionalidade da política, afirmando que se quer acabar com isso se deveria batalhar pela reforma política.

Essa interpretação é a de que se precisa de dinheiro não contabilizado – caixa 2 – para o processo eleitoral, em decorrência de uma lei do STF que estipula teto da campanha política, que, contudo não é respeitado devido à enorme quantidade de dinheiro que se precisa usar na campanha eleitoral. Sem contar no interesse de segmentos do setor econômico que se aproveita dessa característica do processo eleitoral para doar dinheiro em troca de possível apoio político mais tarde.

Na mesma toada podemos apontar para o depoimento do Ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal quando ressalta que o modelo político brasileiro produz uma ampla e quase inexorável criminalização da política. Termina apontando que a energia despendida pelo Supremo, neste julgamento, terá sido em vão se não forem tomadas atitudes de reforma no sistema político⁹³.

Está seria uma resposta efetiva e eficaz a ser dada sobre o que seria o mensalão. Na realidade, uma reforma política com financiamento público das campanhas poderia minimizar o efeito devastador da corrupção no Brasil.

Compreender as duas teses foi salutar para a análise que se fará mais adiante, pois pretendemos fazê-la por meio da música, e assim entender qual a representação do escândalo do mensalão que faz o *dorap*.

93 Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/08/14/barroso-apela-por-reforma-politica-e-questiona-mensalao-como-maior-escandalo-do-pais.htm>>. Acesso em: 22 nov. 2013.

2. MÚSICA POPULAR

A música, mais marcadamente a “música popular”, ocupa no Brasil um lugar singular na história sociocultural, lugar de mediações, fusões, encontros de diversas etnias, classes e regiões que formam o nosso cenário nacional. A música tem sido, em parte considerável do século XX, uma tradutora privilegiada dos nossos dilemas nacionais. Além disso, a música alcançou no Brasil, nos últimos quarenta anos, um patamar de reconhecimento cultural que encontra poucos paralelos no mundo ocidental⁹⁴.

No decorrer dos últimos anos, o campo de estudo da musicologia popular vem sendo paulatinamente mais delimitado, não esquecendo a sua natureza interdisciplinar, levando em consideração o lugar da música popular na contemporaneidade; a partir da reflexão crítica acerca da natureza fonográfica e comercial deste tipo de música.

A questão metodológica central, que vem aflorando nos debates, é problematizar a música popular, e particularmente a canção, a partir de várias perspectivas, de tal modo a analisar “como” se articulam na canção – musical e poeticamente – as tradições, identidades e ideologias que a definem, além das questões estéticas mais abstratas, como um objeto sócio cultural complexo e multifacetado⁹⁵.

De acordo com Marcos Napolitano⁹⁶, em linhas gerais, podemos dizer que aquilo que entendemos como “música popular” emergiu do sistema musical ocidental tal como foi consagrado pela burguesia no início do século XIX, e a dicotomia “popular” e “erudito” nasceu mais em decorrência das próprias tensões sociais e lutas culturais da sociedade burguesa do que por um desenvolvimento “natural” do que poderíamos chamar de gosto coletivo, em torno de formas musicais apresentadas até então⁹⁷.

Para compreendermos a questão que a música popular apresenta; gênero no qual entendemos que o *rap* faz parte, ela deve ser compreendida e analisada dentro do campo

⁹⁴ NAPOLITANO, Marcos. História e Música – história cultural da música popular. Belo Horizonte. Autêntica. 2002. p. 7.

⁹⁵ Idem, p.77.

⁹⁶ Professor de História do Brasil Independente na USP. Atualmente é docente-orientador no Programa de História Social da USP e professor visitante do Instituto de Altos Estudos da América Latina (IHEAL) da Universidade de Paris III. Especialista no período do Brasil Republicano, com ênfase no regime militar e na área de história da cultura, com ênfase nas relações entre música popular e política. Também possui experiência na área de história e cinema e no uso do audiovisual no ensino. Disponível em: <<https://uspdigital.usp.br/tycho/CurriculoLattesMostrar?codpub=87A234811F78>>. Acessado em: 07 dez. 2013.

⁹⁷ NAPOLITANO, Marcos. História e Música – história cultural da música popular. Belo Horizonte. Autêntica. 2002. p.14.

musical como um todo e não apenas como uma parcela do todo. Esse seria o norte a ser buscado nos trabalhos sobre música popular, sobretudo na área de história e sociologia.

Almeja-se assim a superação dos “embates” musicais consagrados – como o erudito *versus* popular – tendo claro em mente que esse esforço não é com intuito de colocar o campo de estudo da música popular em um patamar mais elevado ou fazer a sua defesa frente a música erudita, mas com o desejo de se buscar uma análise das próprias estratégias e dinâmicas da definição de popular e de erudito, de acordo com a realidade histórica e social em contexto⁹⁸.

Dito isso, Napolitano, citando Richard Middleton, aponta para quatro categorias a partir do qual o popular pode ser definido:

- 1) Definições normativas: música “popular” como inferior (Adorno).
- 2) Definições negativas: música popular definida por aquilo que ela não é (folclórica ou “artística/erudita”).
- 3) Definições sociológicas: nesta linha, a música popular estaria associada a (ou produzida por) grupos sociais específicos.
- 4) Definições tecnológicas/econômicas: música popular como produto exclusivo das mídias de massa, disseminada no grande mercado.

O próprio autor acredita que todas as formas de definição listadas acima são insatisfatórias e incompletas e só podem ser válidas se entrecruzarmos as definições com o contexto histórico e o sistema cultura específico que está em questão⁹⁹.

Napolitano argumenta que a inserção do compositor num determinado espaço público é inerente à sua formação musical¹⁰⁰. A construção artística musical não é uma ligação direta entre produtor e receptor, perpassados pelos mecanismos e instituições de difusão musical. As possibilidades e estímulos para a criação e para a escuta constituem uma estrutura complexa, contraditória com as diversas partes interagindo entre si.

Nessa primeira parte buscamos delimitar como podemos entender a música popular dentro do campo musical como um todo. Primeiramente, não se deve entendê-la como algo a ser rivalizado com a música erudita, muito menos como inferior. Para uma boa análise devemos pensá-la por suas definições próprias, levando sempre em conta o contexto social e histórico no qual está inserida.

⁹⁸ Idem.

⁹⁹ Idem, p.15.

¹⁰⁰ Idem, p.82.

É com esta ideia em mente que buscaremos compreender, sucintamente, como o *rap* se constituiu historicamente a nível internacional e depois a nível nacional – ressaltando que está intimamente ligado ao surgimento do funk no Brasil – para enfim chegar a entender qual contexto que está inserido o *rapper* que será analisado.

2.1 *Rap e funk.*

Segundo Juarez Dayrell, tanto o *hip-hop* e quanto o *funk* possuem uma mesma origem, a música negra americana, que incorporou a sonoridade africana, baseada no ritmo e na tradição orais. Eles são herdeiros diretos do *soul* que, depois de ser a trilha sonora dos movimentos civis americanos da década de 1960 e um símbolo da consciência negra, perdeu essas características contestatórias iniciais com a sua massificação.

O *funk* radicalizou o *soul* empregando ritmos mais marcados e arranjos mais agressivos, mas o *funk* também sofreu um processo de comercialização, com a remoção de sua base cultural, tornando-se uma música mais digerível ao grande público¹⁰¹.

O *rap* teria surgido, nesse mesmo período, mas como uma reação da tradição *black*. Ele surge junto com outras linguagens artísticas, como, por exemplo, a das artes plásticas, a do grafite, da dança – o *break* – e da discotecagem – o DJ.

Conjuntamente tornaram-se os alicerces da cultura *hip-hop*, que por sua vez, fez da rua um espaço privilegiado da expressão cultural dos jovens pobres. O rap, palavra constituída pelas iniciais da expressão *rhythm and poetry* (ritmo e poesia), tem como fonte de produção a apropriação musical, sendo a música composta pela seleção e combinação de partes de faixas já gravadas, de produções próprias ou de terceiros, a fim de produzir uma nova música.

Assim, “Mixando” os mais variados estilos que a *black music* proporcionava, o *rap* cria um som próprio, pesado e arrastado, reduzindo ao mínimo o uso de instrumentos, no qual são utilizados apenas bateria, *scratch*¹⁰² e voz. Mais tarde, essa técnica seria enriquecida com o surgimento do *sampler*¹⁰³. Desde então, o *rap* aparece como um gênero musical que articula a tradição ancestral africana com a moderna

¹⁰¹ JUAREZ, Dayrell. O rap e o funk na socialização da juventude. IN: Educação e Pesquisa, São Paulo, v.28, n.1. janeiro/julho. 2002. p.125.

¹⁰² O efeito de *scratch* é obtido quando o DJ gira o disco que está sendo tocado sob a agulha em sentido contrário ao usual, resultando em sons característicos.

¹⁰³ Em tradução livre: *amostra*, refere-se a algum trechos ou fragmento obtido de maior do qual fazia parte. É usado em muitas áreas, mas preferencialmente ele é conhecido, por se referir, em músicas, a pequenos segmentos sonoros retirado da música completa e na sua reutilização em outra música.

tecnologia, produzindo um discurso, em maior parte de sua origem, do seu enraizamento nos guetos negros urbanos¹⁰⁴.

Tanto o *rap* quanto o *funk* com relação aos seus processos de produção continuam apresentando algumas semelhanças fieis às suas origens, tendo como base as batidas, a utilização de aparelhagem eletrônica e a prática de apropriação musical. Os dois estilos são mais democráticos, não tendo como pré-requisito a utilização de instrumentos musicais, o domínio de habilidades técnicas musicais, nem mesmo maiores custos com a montagem e a organização dos locais para exibição pública.

A realidade que perpassa os grupos de *rap* e *funk* e a história de cada um deles na cidade apontam para a existência de uma identidade própria a esses indivíduos. Uma identidade que poderia ser entendida como fruto de uma reinterpretação dos sons e ícones associados a esses mesmos estilos, numa composição em que os sentidos que lhe são atribuídos expressam não só as condições basilares nas quais se situam, mas também o próprio contexto cultural do meio social no qual se originaram e no qual se constroem enquanto sujeitos¹⁰⁵.

De acordo com Juarez, devemos compreender que cada estilo possui a sua especificidade. A melhor maneira, segundo ele, que poderíamos caracteriza-las é pelo duplo sentido que a palavra “diversão” oferece. Em um deles temos a diversão como ato ou efeito de distrair ou distrair-se: falta de atenção, abstração, reflexões não muito aprofundadas e efêmeras, esquecimento, divertimento. É o sentido que pode se dar ao *funk*, no qual predominam as emoções, mediadas pela sua música. Podemos perceber, neste estilo, a expressão do direito legítimo dos jovens à alegria, à fruição, ao prazer.

Em outro sentido, a diversão surge dando sentido a um ato ou efeito de divergir: mudança de direção, desvio – do latim *diversione*. É o sentido que poderíamos atribuir ao *rap*. Mais marcadamente que o *funk*, o *rap* impulsiona os indivíduos que escutam ou estão no espaço de influência a refletir sobre si mesmos, sobre seu lugar social como um todo e sobre a parte em que se situam, contribuindo para uma ressignificação das identidades específicas.

Ao mesmo tempo, esse estilo cria uma forma particular dos indivíduos intervirem na sociedade, qual seja, por meio das suas práticas culturais. Não quer dizer que se coloque somente como uma forma de resistência ou mesmo como uma expressão

¹⁰⁴ JUAREZ, Dayrell. O rap e o funk na socialização da juventude. IN: Educação e Pesquisa, São Paulo, v.28, n.1. janeiro/julho. 2002. p.126.

¹⁰⁵ Idem, p.126-130.

política de oposição de classe. É antes a força da palavra com o intuito de fazer o cara pensar, força esta, na qual permeada pela diversidade propõem que o indivíduo pense sua condição pelos seus próprios parâmetros e chegue as suas próprias conclusões¹⁰⁶.

Podemos constatar que o *rap* e o *funk* mesmo com dimensões diferenciadas, representaram uma referência na elaboração e na vivência da condição, principalmente juvenil, contribuindo de alguma forma para dar “forma” à realidade dos indivíduos pertencentes aos grupos de *rap e funk* e a história a eles pertencente na cidade, no local de vivência, que apontam para a constituição de uma identidade própria.

Uma identidade que é efeito de uma reinterpretação dos sons e ícones concernentes a esses estilos, em uma produção musical em que os sentidos que lhe são atribuídos representam não só as condições estruturais nas quais se localizam, mas também o próprio contexto cultural do meio social no qual se originaram, ao mesmo tempo em que, como dito anteriormente, vão se construindo como sujeitos.

Na mesma toada, Juarez, citando Sansone, afirma que quando se questiona as teses de possível homogeneização de uma cultura juvenil, apontando que, “ao lado de uma inquestionável globalização do universo da cultura juvenil, mantém-se uma série de aspectos locais, determinados por uma história local e contextos específicos”, fazendo com que o “local” reinterprete o “global” de várias formas¹⁰⁷.

Segundo Tricia Rose, “a vida às margens da América urbana e pós-industrial¹⁰⁸ está registrada no estilo, som, música e temática *hip-hop*”. Procedente da interseção entre a perda e o desejo no espaço urbano pós-industrial, o *hip-hop* lida com as contradições da alienação social e da imaginação profética.

Por ser uma expressão cultural da diáspora africana, o *hip-hop* tem impulsionado a negociação da experiência da marginalização, da oportunidade brutalmente perdida e da opressão nos imperativos culturais da história, da identidade e das comunidades afro-americanas e caribenhas. Segundo a autora é da tensão entre as

¹⁰⁶ Idem, p.133.

¹⁰⁷ Idem, p.130.

¹⁰⁸ A autora utilizar esse termo para caracterizar a reestruturação econômica da América entre 1974 a 1994 segundo os teóricos Mollenkopf e Castell. Ao definir esse período desta maneira, os teóricos reivindicam que sua atribuição “captura um aspecto crucial de quanto as cidades têm sido enormemente transformadas: os empregos oferecidos deixaram de vir de fábricas e passaram a ser oferecidos por serviços corporativos, públicos e sem fins lucrativos. As ocupações tiveram transformação semelhante. As fábricas deram lugar a empregos nas áreas de serviços, administração, profissionais liberais, secretariado, dentro outros” (MOLLENKOPF, John e CASTELL, Manuel. *Dual City: Restructuring New York*, Nova York, Russel Sage Foundation, 1991, p.6).

fraturas culturais, produzidas pela opressão da era pós-industrial, e os compromissos com a expressividade da cultura negra que o *hip-hop* foi levado a discussão crítica¹⁰⁹.

A cena cultural vem mudando velozmente, o que, em um dos aspectos, reflete uma crescente insatisfação dos indivíduos com o “regime democrático” que, mesmo reinstalado desde meados da década de 1980 no Brasil, não conseguiu realizar concretamente a cidadania nem oferecer melhores condições de vida para a maior parte da sociedade.

A despeito da melhora que podemos perceber nos últimos anos e revelada no primeiro capítulo, nem sempre reconhecida por vários setores da sociedade brasileira, ainda há muito que avançar no país no que se diz respeito a melhorar a qualidade de vida. Entretanto, é preciso ressaltar, também, a possibilidade de identificar o surgimento de novos níveis de modelos de cidadania.

Vemos emergir um tipo de estrutura social que aproxima cidadania, comunicação de massa e consumo. Vemos surgir identidades e identificações que se baseiam menos pela lógica do Estado do que pela dos mercados. Essas identidades e identificações estão presentes, majoritariamente, por meio da produção industrial de cultura: das novas tecnologias de comunicação e do consumo de bens”¹¹⁰.

Com a intensão de ilustrar esse quadro, podemos citara reportagem da revista *Rolling Stones*, feita por André Caramante sobre o grupo Racionais MC's, intitulada “Os quatro pretos mais perigosos do Brasil”¹¹¹.

Ice Blue, um dos integrantes do grupo, relata que as pessoas ficam impressionadas pelo fato deles não serem milionários. Ele esclarece que eles não se empolgavam com o dinheiro que poderiam ter ganhado achando que isso mudaria a vida deles. Diz ainda, que se aceitassem o dinheiro oferecido não alcançariam os objetivos que eles almejavam: chegar à mente de 50 mil manos, dar poder aos negros, pobres e favelados.

Continua sua fala dizendo que o *rap* fez mudar muita coisa, entre elas, ensinou o indivíduo a não ter vergonha de onde mora, do cabelo, da cor, a poder falar da sua quebrada. Na avaliação de KL Jay, os racionais seriam uma utilidade pública¹¹².

109 ROSE, Tricia. Um estilo que ninguém segura: Política, estilo e a cidade pós-industrial no hip-hop. In: HERSCHMANN, M. (Org.) Abalando os anos 90. Funk e Hip-hop. Globalização, violência e estilo cultural. Rio de Janeiro: Rocco, 1997 p.192.

¹¹⁰ HERSCHMANN, M. Na trilha do Brasil contemporâneo. In: HERSCHMANN, M. (Org.) Abalando os anos 90. Funk e Hip-hop. Globalização, violência e estilo cultural. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p.46

¹¹¹ CARAMANTE, A. Os quatro pretos mais perigosos do Brasil. *RollingStones*, N ° 86, Edição especial de aniversário, p 72-81, nov, 2013.

2.2.A especificidade brasileira.

No caso Brasileiro, não só o *rap* – *rhyme and poetry* – mas também o *funk* colocaram em discussão a condição do pobre no debate político e intelectual do Brasil. A partir de um momento histórico que o país viveu de *impeachment* do Collor, arrastões de 92/93 nas praias da zona sul do Rio de Janeiro e das chacinas do Carandiru e Candelária, eventos que atestam as contradições do processo de democratização do país¹¹³. Essas expressões musicais parecem apontar na direção do duplo movimento que caracteriza o recente espaço urbano: a fragmentação/pluralização e a ação homogeneizadora da globalização.

Eles aparentam construir, por uma via sinuosa e por constantes tensões, conflitos e negociações, um conjunto de códigos e estilos híbridos – com referências locais/internacionais – que lhes tem permitido ocupar, ao mesmo tempo, uma posição periférica e central na cultura contemporânea¹¹⁴.

O *funk* e o *hip-hop* (sendo o *rap* uma de suas expressões), conjuntamente com outras importantes expressões culturais populares e de massa, ocupam uma posição marginal e ao mesmo tempo central na cultura brasileira. Os segmentos populares associados a esse tipo de atividade cultural, muito embora repetidamente excluídos e estigmatizados, estão também em sintonia com a lógica do capitalismo internacional.

Nós podemos entender como se nessa relação entre exclusão e integração lhes fosse delimitado um território a partir do qual adquirem expressividade e representatividade. Podemos entender o *funk* e o *hip-hop* como expressões culturais plausivelmente bem-sucedidas e despertando interesse do mercado, que permitem tanto a elaboração de uma visão crítica e/ou plural do país quanto a sua mediação e administração pelas estruturas que organizam os ritmos do espetáculo e do consumo¹¹⁵.

Percebe-se uma tendência, na crítica cultural norte-americana, de preterir artistas brancos de classe média, que se apossam de elementos das práticas culturais subalternas: Elvis e *rhythm and blues*, Madonna e o *vogue*, e assim por diante.

Crítica semelhante poderia ser feita, no caso brasileiro, a Fernanda Abreu, cujo Rio 40 graus ou alguns DJs que começaram a popularizar o *funk* composto no Brasil, principalmente o DJ Malboro. Não se deve esquecer, entretanto, que esses artistas e

¹¹² Idem p, 75.

¹¹³ HERSCHMANN, M. (org.) Abalando os anos 90. Funk e Hip-hop. Globalização, violência e estilo cultural. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p.10.

¹¹⁴ Idem., p.8.

¹¹⁵ HERSCHMANN, M. Na trilha do Brasil contemporâneo. In: HERSCHMANN, M. (Org.) Abalando os anos 90. Funk e Hip-hop. Globalização, violência e estilo cultural. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p.66.

produtores ajudam a abrir um espaço público maior ao qual os funkeiros e *rappers* não tinham acesso e ao qual agora podem ter. A contribuição dada por estes atores para a política cultural carioca foi aberta de um espaço para o gosto, o estilo e o prazer, que não é permeado pela identidade nacional e regional, embora usufruam o mesmo espaço físico do samba, do futebol e do carnaval¹¹⁶.

2.3 De Leve

Esse espaço de margem ocupado por brancos de classe média que se valem em suas produções artísticas pode ser entendido como o espaço ocupado pelo *rapper* Ramon Moreno de Freitas e Silva. De acordo com Marcos Napolitano, a inserção do compositor num determinado espaço público é inerente à sua formação musical¹¹⁷.

A construção artística musical não é uma ligação direta entre produtor e receptor, perpassados pelos mecanismos e instituições de difusão musical. As possibilidades e estímulos para a criação e para a escuta constituem uma estrutura complexa, contraditória com as diversas partes interagindo entre si.

Ramon Moreno é exemplo de um *rapper* que utiliza do deboche, ironia e sarcasmo para compor suas letras, ao mesmo tempo, irreverentes e críticas. Tido, segundo o próprio site, como *rapper* da “classe média”, começou sua carreira musical com a criação do grupo “Quinto Andar” junto com Marechal, Shawlin e o DJ Castro¹¹⁸.

Recebeu elogios de artistas como Caetano Veloso e Los Hermanos, bem como houve desentendimentos com outros, em especial o caso com Marcelo D2 que renderam citações em músicas dos dois lados.

O título do álbum analisado Manifesto ½ 171 é uma crítica/homenagem que De Leve fez a D2, na qual satiriza o nome da grife Manifesto 33/13 de Marcelo¹¹⁹. O *rapper* niteroiense se diferencia do movimento *hip-hop* no geral por ser branco e de classe média, como dito anteriormente, por suas letras serem mais marcadas com humor e ironia, com a crítica sendo feita de forma mais descontraída e composições de *rap* com musicalidade brasileira.

¹¹⁶ YUDICE, G. A funkificação do Rio. In: HERSCHMANN, M. (Org.) Abalando os anos 90. Funk e Hip-hop. Globalização, violência e estilo cultural. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p.46.

¹¹⁷ NAPOLITANO, Marcos. História e Música – história cultural da música popular. Belo Horizonte. Autêntica. 2002. p.82.

¹¹⁸ Disponível em: <<http://www.deleve.com.br/>>. Acesso em 22 nov. 2013.

¹¹⁹ As análises serão feitas preponderantemente nas faixas: *México*, *Isso sim é uma piada* e *Pode queimar*.

Ele se diferencia também na hora de se posicionar no mercado fonográfico, mas de certa forma está dentro da lógica de produção do *rap*, pois disponibiliza gratuitamente seus trabalhos na internet para download. Em entrevista pouco tempo depois de lançar o álbum Manifesto ½ 171 ele diz que faz música para as pessoas ouvirem e que temos que ser mais generosos, como a natureza¹²⁰.

Em sua música “nego gosta”¹²¹ o rapper aborda essas características na letra. O primeiro ponto que se destaca é o de posicionamento de margem. “Eu sei que ninguém me conhece/faz bem se me esquece/na hora de chamar nem se interesse/fale errado que nem prece”. Em outra passagem temos: “não me ignore, nem me adore/chore com que falo e decore minhas babaquice/só não deixe que a palhaçada more na sua casa”.

O próximo ponto abordado é de crítica em relação ao próprio movimento *hip-hop* e que revela o posicionamento do De Leve frente aos temas marcadamente tratados pelo gênero: “vagabundo se arrasta dez anos falando a mesma merda/se falar mal do sistema adiantasse/não estaria tudo a mesma merda”. E coloca: “*hip-hop* não tá na minha veia/nem no meu bolso e nem na minha roupa/está na agulha da vitrola/enquanto misturo graviola na sopa”.

Conseguimos perceber que sua inserção no mundo do *hip-hop* é diferente, ele não demonstra, de início, fazer letras com o intuito de denunciar alguma coisa, ou fazer críticas pesadas às condições do lugar onde mora, como de maneira geral se percebe nas letras de *rap*.

Em seguida conseguimos perceber que ele também não busca se utilizar da identidade visual do grupo, muito menos dizer que está em seu sangue, que faça parte da constituição do seu ser, provavelmente, em referências a outros que assim o fazem.

O *rapper* diz que o *hip-hop* está no seu dia a dia, no seu cotidiano. Outra coisa que o diferencia é o lugar que ocupa socialmente. Suas letras tem referências marcadamente à classe média e a problemas sofridos, não somente, mas sobretudo, por ela, como poderemos ver no próximo capítulo. E este é um dos motivos por escolher o *rap* do De Leve para análise neste trabalho.

Esse é um ponto importante a ser destacado – a inserção social que De Leve demonstra ter em suas letras. Será com essa informação em mente que nortearmos a

120 Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/PopArte/0,,AA1287131-7084,00.html>>. Acesso em: 18 nov. 2013.

121 Presente do EP Introduzindo de Leve. Disponível em: <<http://groovesark.com/#!/s/Nego+Gosta/2r1Lo3?src=5>>. Acesso em: 07 dez. 2013.

análise de sua música. Logo, a representação feita nas letras do mensalão bem como as críticas que serão feitas serão a partir da ótica da classe média.

3. ANÁLISE DA FONTE

No capítulo anterior, foi discutido o posicionamento de De Leve à margem do movimento *hip-hop* como um todo. A análise será feita preponderantemente nas músicas *México*, *Isso sim é uma Piada* e *Pode queimar*, pois são nelas onde encontramos referências diretamente ao mensalão e questões políticas. Tentou-se manter ao máximo possível a fidelidade com o que é cantado, com o intuito de preservar a rima e a sensação que se tem ao escutar a música.

México

Mulé cê quer um papo cabeça liga pro Pedro Bial
Não me formei na PUC, fugi da federal
Não quero falar sobre física quântica
Filosofia, democracia, poesia romântica
Nada de Kant ou Schopenhauer
Não quer que cante, paga um chopp e dá 1 real aí
Não leio jornal há dois anos e não assino a Veja
Mas posso fingir que sei se você pagar uma cerveja

Não li o último do Paulo Coelho
Nem a biografia do Roberto Marinho
Mas com certeza não vão mostrar
Todas as verdades que nem fizeram com o Maurício Marinho
Tô legal de nexu eu gosto de sexo
Consciente ou inconsciente eu continuo perplexo
Sem poder fazer nada e sem ganhar um por fora
Então esquece todos seus problemas agora e

Mexe o cu, mexe o cu, mexe o culote! (2x)
e as gatinhas...

Mexe o cu, mexe o cu, mexe o culote! (2x)

Mulé esquece mensalão, esquece seu salão
Esquece meu dinheiro e não o seu cartão
Sabe que eu tô durão e que o que eu ganho no mês
Só dura uma semana então por isso sou seu freguês

Mulé, pra que escova progressiva
Quando é mais barato alisa-lo com saliva?
Não, não precisa ficar agressiva
Eu te amo feia assim mesmo, você é minha diva

Até eu preciso de um novo sapato
O último que eu comprei era o mais barato
Não dá pra ficar de chinelo fingindo humildade
Mamãe disse que eu já passei da idade, então...

Mexe o cu, Mexe o cu, Mexe o culote! (2x)
 criançada...
 Mexe o cu, Mexe o cu, Mexe o culote! (2x)
 Mulé, cê não tá gorda, é mentira do espelho
 Cê num tem essa celulite que aparece no joelho
 Cê não tem estria, tá linda
 Agora come a feijoada porque ela não tá fria ainda
 Não compra Renew nem antirruga
 Cê tá no Brasil não dá pra fazer sua fuga
 Pra terras europeias com mulheres menos veias
 Cês trocam de produtos mas não trocam suas ideias
 Outras trocam ideias demais, querem intelectuais
 Não sou o Zeca Camargo, mas
 Cuidado pra não se decepcionar por demais
 E depois que provar ver que o gosto era amargo
 Cê tem direito de comer dobradinha,
 Figo e mocotó amigo até inchar seu umbigo
 Pode acreditar no que eu digo
 Quem gosta de osso é cachorro eu nem ligo, e...
 Mexe o cu, Mexe o cu, Mexe o culote! (2x)
 ahn...
 Mexe o cu, Mexe o cu, Mexe o culote! (2x)

O mote da canção – o tema geral dela – parece ser uma justificativa do “eu-poético”, numa reflexão própria, em decorrência de uma rejeição da pessoa desejada. No decorrer de toda a música ele se justifica frente a críticas que provavelmente ele tenha recebido, ou situações constrangedoras em que “mulé” desejada parece perder o interesse nele.

Marcos Napolitano nos chama atenção que para nunca perder do horizonte os efeitos provocados pela totalidade “letra/música”, devemos observar se o clima e a mensagem presentes na letra estão de acordo com o clima da música e vice-versa¹²².

Na primeira estrofe ele mostra que não gosta de “papo cabeça”, mas não tem problema em tê-lo desde que a conversa seja acompanhada por cerveja. A primeira parte da música antes do refrão é o “eu-poético” se definindo e nessa parte as estrofes possuem 8 versos que podemos identificar mesmo sem possuir muitos conhecimentos musicais, pois as mudanças na batida da música são bem claras.

¹²² NAPOLITANO, Marcos. História e Música – história cultural da música popular. Belo Horizonte. Autêntica. 2002. p.99.

Na primeira estrofe temos apenas uma bateria acompanhando o canto descontraindo e debochado. Na segunda estrofe permanece a mesma bateria e o mesmo jeito de levar o canto, contudo entra um efeito eletrônico que acompanha o clima alegre que a música apresenta. Para o refrão, mantém-se o clima do canto e adiciona-se um baixo.

Na próxima estrofe há uma mudança no aspecto narrativo da canção. O eu poético não busca mais se definir, mas sim achar explicações para as rejeições que sofreu. A música como um todo parece ser uma reflexão realizada pós o fora na qual se busca uma diminuição do sofrimento, na medida em que o eu poético imagina qual resposta poderia ter dito no momento e não se disse.

Colocaremos a atenção agora na primeira estrofe depois do refrão, pois é nela que encontramos a referência ao mensalão. O “eu-poético” pede à mulher desejada que esqueça o mensalão e o salão (de beleza). Que relação podemos traçar entre os dois? A resposta virá ao se levar em conta o todo da música.

Se pensarmos a divisão pelos três refrãos percebemos alguns padrões. Antes do primeiro refrão a música tem 2 estrofes com 8 versos cada, totalizando 16 versos; Entre o primeiro e o segundo, são 3 estrofes com 3 versos, totalizando 12; Entre o segundo e o terceiro são 4 estrofes com 4 versos cada, totalizando 16. Para facilitarmos as próximas análises, chamaremos essas partes, respectivamente, de parte 1, 2 e 3.

Outro padrão que podemos identificar se encontra na parte das respostas do “eu-poético”. Na parte 2, a primeira e a segunda estrofe são respostas com menções diretas à mulher. “Sabe que eu tô durão/e que o que eu ganho no mês/só dura uma semana então/por isso sou seu freguês”. Situação na qual ele expressa sua condição financeira e que depende da outra parte pra poder bancar algumas despesas. “Mulé, pra que escova progressiva/quando é mais barato alisa-lo com saliva?”. Aqui percebemos que ele faz menção de não se importa se a mulher usar técnicas de embelezamento mais baratas que as convencionais.

Na terceira estrofe vem a referência a si mesmo. “Não dá pra ficar de chinelo fingindo humildade/Mamãe disse que eu já passei da idade, então”. Percebemos a mesma estrutura na parte 3, na qual também é na última estrofe que o “eu-poético” faz referência a si. “Cê tem direito de comer dobradinha/figo e mocotó amigo até inchar seu umbigo/pode acreditar no que eu digo/quem gosta de osso é cachorro eu nem ligo, e...”.

Podemos inferir que esta parte final da música está totalmente de acordo com o início. No começo não se pretendia falar sobre poesia romântica e no final não se

pretende comer pratos sofisticados, muito menos fazer regime, pois, tentando defender a narrativa, roer osso é coisa de cachorro, não de gente.

Agora estamos mais aptos a responder a pergunta de qual seria a relação entre o mensalão e o salão de beleza. A narrativa da música é de problemas do cotidiano. O mais destacado é o de conseguir uma parceira(o) – esta é outra forma de dizer qual é o mote da música. Outros que poderíamos destacar são relacionados a problemas do cotidiano como falta de dinheiro, preocupação estética sobre diversas formas como a do vestuário, porte físico, etc.

Como ressaltamos no capítulo 2 que o *rapper* pertencia à classe média, agora conseguimos perceber claramente em sua canção. Todos os problemas elencados na narrativa são paradigmáticos de uma classe média – melhora da estética, busca de domínios de assuntos cultos como poesia romântica buscando uma diferenciação numa conversa, e o gosto culinário refinado.

No entanto, a relação de pertença que percebemos se dá no sentido de afastamento, de uma distinção destas características, já que se debocha delas. Contudo, há um tom de comicidade quando ele se refere a não assinar a Veja, em tom de ressentimento. É como se ele se associasse à mesma classe média da qual ele acabara de se distinguir. Mas, ao que tudo indica, a referência a revista Veja ocorreu apenas para efeito de rima com o próximo verso, que termina com a palavra cerveja.

Outro aspecto que destacamos e que aparece destacadamente é o ceticismo frente à superação desses problemas. Ao dizer isso, não queremos dizer que eles sejam fáceis de serem superados – dominar assuntos difíceis e de áreas diferentes não é fácil até mesmo para quem possui mais recursos financeiros. Buscamos apenas apontá-los.

Boa parte da narrativa da canção se passa como não havendo muita perspectiva de mudança. Frente à falta de dinheiro a solução é ser freguês do outro; tem de se amadurecer, segundo palavras da mãe, pois não se dá mais pra usar chinelo fingindo humildade e não haverá produtos de beleza o suficiente – ou talvez uma conta bancária que dê conta de pagar – com o intuito de disfarçar a idade. Assim, a referência ao Zeca Camargo é muito aleatória, dificultando qualquer assertiva.

A correlação que conseguimos traçar é uma expressão por dito popular o qual diz que as características elencadas como dignas de se ter em um homem – culto, rico, bonito –, no limite, características dignas de um homem perfeito, existiram, mas esse homem seria homossexual.

Talvez o que esteja querendo dizer nessa passagem é que a mulher não deve idealizar o homem que busca se relacionar, admitindo, por sua vez, algumas imperfeições. Afinal, a primeira coisa que o “eu-poético” sugere é que a mulher esqueça do mensalão e do salão de beleza.

O escândalo político aparece na primeira estrofe da segunda parte como mais um dos problemas do cotidiano sem aparente solução e que está em pé de igualdade de características não correspondidas no “eu-poético” que busca impressionar uma mulher.

Nesta parte da canção entra uma voz robotizada ao fundo e que acompanha o rapper. A nossa hipótese é de que essa voz possa ser a representação da voz do âncora do noticiário de televisão ou do rádio que comunicou, incessantemente, o escândalo do mensalão.

O que nos faz lembrar que, em 2005, se tornou parte do cotidiano brasileiro ouvir falar alguma coisa sobre o caso. Bem como, destacamos que esse aspecto da midiaticização do escândalo foi trabalhado no primeiro capítulo.

Após as denúncias do ex-deputado Roberto Jefferson, no dia 6 de julho, cada dia que passava apareciam novas informações sobre o caso. Isso está diretamente relacionado com o fato de Roberto Jefferson ter feito acusações sem provas, ou seja, a mídia teve que ir atrás de informações para ter o que noticiar.

Nesse sentido, foi importante a análise tanto da letra como da melodia, como apontamos no segundo capítulo à luz das referências de Marcos Napolitano, na análise da música popular. Se tivéssemos negligenciado o aspecto melódico da canção, um dos elementos centrais do caso passaria despercebido (no caso a midiaticização), mesmo estando presente na canção.

Constatamos, assim, a referência à mídia de massa, ou as pessoas que estiveram presentes na grade de programação dela, no final da primeira estrofe e em toda segunda estrofe da canção: Revista Veja, Paulo Coelho e Maurício Marinho. E ao ex-presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho – era ele quem decidia o que entrava e principalmente o que não entrava na grade de programação da maior emissora do país e consequentemente a que tem maior alcance na mensagem emitida, como ressaltamos no primeiro capítulo à luz do trabalho de Pierre Bourdieu sobre a televisão – e a revista Veja.

Entretanto, nossa atenção deve se voltar ao nome de Maurício Marinho¹²³, pois ele entra na categoria das pessoas que estavam na grade de programação. Este segundo Marinho é o nome do ex-funcionário dos correios, que foi filmado recebendo propina e que deu origem a CPI mais importante para o mensalão, a dos correios.

Para além do aspecto midiático, temos aqui um outro muito importante que é a caracterização de como ele apareceu nessa mídia. Não se falou todas as verdades sobre ele, isto aparece no terceiro e quarto verso da segunda estrofe. Em total descompasso com a investigação feita no caso do mensalão, a apuração de supostas fraudes em licitações nos Correios e que veio à tona com o vídeo gravado de Marinho recebendo propina, na época diretor de Contratação e Administração de Material da estatal, segue sem solução¹²⁴.

O “eu-poético” não consegue perceber nexos do porque se denunciou o caso, mas “não mostraram todas as verdades”. E está falta de nexo continua hoje, mais de 8 anos depois, quando se pergunta por que o caso que originou o mensalão continua sem solução. Em detrimento do nexo, o eu-poético prefere o sexo. Independentemente se está consciente ou não a situação em que se encontra é de perplexidade diante do escândalo.

Não sabemos se é o caso do *rapper*, mas houve grande frustração em saber que o PT estava envolvido no escândalo da magnitude que se pintou. Tentando fazer um paralelo, é como se tivesse descoberto a traição de um amante. Poder-se-ia até ter se suspeitado que houvesse a traição, coisa do tipo como perfume diferente na roupa, ligações suspeitas, mas a sensação de ver fotos com os detalhes sórdidos da traição são completamente diferentes. Ou ainda dos casos de espionagem feitas pelo governo dos EUA pela agência nacional de segurança, a NSA¹²⁵. Sempre houve teorias da conspiração que apontavam para esse tipo de coisa, mas saber que elas existem de verdade, a coisa muda de figura completamente.

Voltando ao mensalão e aos problemas do cotidiano retratados na canção, o “eu-poético” acha uma solução para as duas coisas de seu desejo – umas delas é achar nexo no caso do mensalão e a outra é achar o nexo na conquista do sexo oposto: já que não se pode fazer nada, então o jeito seria esquecer. Isto está expresso na canção.

¹²³ Não sabemos se há grau de parentesco entre os dois, mas, sobretudo, serviu de mote para ao artista.

¹²⁴ Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL93512-5601,00-CASO+QUE+GEROU+MENSALAO+SEGUE+SEM+SOLUCAO.html>>. Acessado em: 7 dez. 2013.

¹²⁵ Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/mundo/estados-unidos/espionagem-da-nsa-inclui-invasao-a-data-centers-de-google-e-yahoo-diz_jornal,0dfe5da4e9a02410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>. Acessado em: 7 dez. 2013.

Como poderíamos avaliar a recepção de uma canção? Ela poderia ser colocada em operação com outros “valores no momento de sua recepção”. Napolitano nos mostra uma tipologia proposta por Richard Middleton de valores envolvidos numa canção, com base nas funções da linguagem propostas por Roman Jakobson¹²⁶. São eles: *Valores comunicativos, valores rituais, valores técnicos, valores eróticos e valores políticos*. Não temos a pretensão de avançar muito na análise nesses parâmetros agora, possivelmente numa pesquisa de mais fôlego.

Destacariamos que neste caso, os valores *rituais* – que cria um sentimento de solidariedade entre aqueles que se encontram na difícil situação de ser rejeitado pelo par amoroso e, principalmente, pela consciência dos problemas do cotidiano. A função da linguagem referente a este valor seria a fática.

Outro valor encontrado na música seria o *erótico*, além do conteúdo da letra, a cadência da música envolve e energiza o corpo no sentindo em que poder-se-ia sentir vontade de dançar essa música. E muito sutilmente percebemos o valor *político*. Afinal precisaria se saber que o nome de Maurício Marinho está ligado ao caso do mensalão. O qual o *rapper* faz referência em tom de crítica não só ao escândalo como à mídia que não mostrou todas as verdades sobre o caso. Nesse sentido de protesto, a função que emanaria é o da emotiva e referencial.

Prosseguindo a análise, chegamos agora na música que tem mais referências ao escândalo. Nela conseguimos perceber além de uma narrativa do escândalo, uma tomada de posição naquela proposta no capítulo 1, de que não se poderia acompanhar o caso sem de deixar de tomar posição em relação a duas teses em disputa. Vamos a ela.

Isso é uma piada

O que vejo na TV é deputado a dever
Milhões à publicitários sem cumprir seu dever
Sem fazer o dever de casa, pronto a perder
A cabeça, mas sem importar como brevê
Não sobrou pro PT mas pra quem tem Severino
Como presidente que mal faz o CV?
Se é a terra do caixa dois eu quero ir pra lá depois
Porque se nego pôs no bolso pra comprar bois
Quero meu latifúndio, cês só metem no fúndio
E não param conjugando o verbo no gerúndio
Só se fala em milhões, é mais que o prêmio da sena
Mas pra quem tem olhões só enxerga quem acena

¹²⁶ NAPOLITANO, Marcos. História e Música – história cultural da música popular. Belo Horizonte. Autêntica. 2002. p.104.

Se tiver um Rolex no pulso, aí vem o impulso
Pro seu interesse e quando pensa lambe seu buço
Mas se de tudo que eu falei você não riu de nada
Vai ler a constituição porque ela é uma piada

Isso sim é uma piada!!

Enquanto eu ouço rádio perde o pênalti Baggio
Somos campeões mas em que, cê sabe? Não.
Desigualdade, baixo salário.
Desemprego ou emprego precário
Metem no rêgo dos otários
As leis são como teias de aranha
Predem o pequeno inseto na manhã
Mas o grande fura esta e nem se arranha
Porque rico que é rico não é preso
Bota um substituto e bebe champanhe em Miami ileso
Ou fica dentro de casa esperando pizza quente
Fechando negócios com o filho do presidente
Tudo que fala ele mente, ontem vendeu habeas corpus
Tá agarrado mas come filé e toma corpus
Nicolalau, deu mole, babau
Babou, roubou, roubou e não devolveu nem um real
Não ria se sobrinha acredita em fada
Cê acredita em democracia mas essa sim é uma piada

Isso sim é uma piada!!

Marcos Valério deu dimdim pro Zé Dirceu – deu?
Zé Dirceu diz que o dimdim não é seu – não?
Não explica timtim o que que aconteceu – ué?
Depois vem dizer que o engraçado sou eu?
Roberto Jefferson é divertido e sem igual
Tanto que se eu soubesse tinha advertido pro tal
Ir no Zorra Total, ele é um artista e o mal
É que ele tá na meio certo - por quê? - é mais real
Com a CPI o humorismo é diário que nem jornal
Se liga no jornal e em qualquer horário local
É criatividade que não acaba na atividade da aba
Que nem meio artístico só sobrevive a idade quem baba
Eu vejo e aprendo a mentir dignamente
Sem perder a calma e xingando solenemente
Mas se acabar o mensalão e tudo der em nada
Pode rir, porque isso sim é uma piada

Isso sim é uma piada!!¹²⁷

Podemos dizer que o mote desta música é o descrédito que o “eu-poético” tem com a eficácia não só da justiça brasileira, como também, da política e da mídia. Para ele, a constituição, acreditar na democracia e o caso do mensalão, seriam uma piada.

¹²⁷ *Isso sim é uma piada*. De Leve. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=tgDI4vCA5Xw>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Logo de início ele remete a questão elaborada na canção anterior, a midiaticização. Logo nos primeiros versos, o “eu-poético” começa a mostra a sua posição em relação ao escândalo de corrupção. Ele demonstra optar pela tese de que o dinheiro usado seria para o pagamento de dívida de campanha com dinheiro não contabilizado – de caixa dois – não para a compra de apoio no congresso nacional. Ou seja, ele está indo a contrapelo do que vem sendo noticiando nos noticiários nos últimos tempos. Esse foi um dos motivos pelo qual o primeiro capítulo se tornou extenso, pois é esta tese que o *rapper* toma e ela não é trabalhada nos meios de comunicação como a outra, nos restando, tentar delimitá-la, na medida do possível.

Há certa ironia neste aspecto que chega a um paradoxo interessante. Temos, numa canção de *rap*, uma crítica a um escândalo vinculado ao PT, no qual o discurso utilizado no decorrer da música é a do próprio partido que tenta refutar as críticas sofridas, dizendo que o dinheiro não era pra comprar apoio parlamentar. Seria esse o deboche, característica tão marcada do De Leve, levado as últimas consequências?

De Leve faz suas críticas usando metáforas que expressam a impressão que se tem sobre justiça, por exemplo. “As leis são como teias de aranha/predem o pequeno inseto na manhã/mas o grande fura esta e nem se arranha”. Contudo, são maneiras similares as que a classe média faz suas críticas. Na qual podemos dizer, para além do aspecto da lei já citado, temos que um deputado pode aparecer na televisão sem problema desde que tenha o Severino (Cavalcanti) como presidente da câmara não tem problema. Que já que se faz corrupção em cifras maiores que da mega-sena, é pra lá onde se deve ir.

Na mesma toada segue as críticas à mídia. “Se liga no jornal e em qualquer horário local/É criatividade que não acaba na atividade da aba/Que nem meio artístico só sobrevive a idade quem baba”. Para melhor compreender o que quer se dizer, teremos que nos remeter a outra música do De Leve, *Caôfudido*, do mesmo álbum *Manifesto*, na qual ele trata este aspecto artístico.

Já chegava o fim do mês e junto com ele as contas
Foto em jornal não paga luz,
Televisão não compra comida mas ajuda na busca
Incessante de entrar pro showbizz e fazer um cascalho
Mas vi que não adianta só com vontade e trabalho
Tem que ter algo a mais pra ser enviado
Tem que estar disposto a babar ovo e comer uns viados

E disso eu tô fora que nem gandula
Isso que dá tomar remédio sem receita e nem ler a bula¹²⁸.

Conseguimos perceber que o *rapper* faz críticas aos jornalistas, ao jornalismo e a educação. Em sua música *Diploma*, também do mesmo álbum, ele critica os diplomas de baixa qualidade e que serve apenas para tirar onda nas mesas de bar. Está música gerou duras críticas em seu show realizado no evento de tecnologia Campus Party em 2009¹²⁹.

Você é jornalista a família acha lindo
Exemplo pros irmãos, pela mãe sempre bem-vindo
Tira mó onda no chopinho da sexta
Mas o que ninguém sabe é que cê trabalha no Extra
E o jornal é uma bosta
Você tem assessoria nas costas
O que cê escreve é deprimente
Mas tira onda quando tá com a gente¹³⁰.

Voltando a nossa análise na música *Isso sim é uma piada*, percebemos mais uma vez a quantidade de informação que teve o mensalão, e que a criatividade que os jornalistas tiveram foi digna de nota. Mais interessante, contudo, é a comparação que ele faz com o meio artístico, que podemos perceber com o trecho da música *Caô fudido* de que o jornalista precisa ter contatos dentro do jornal para se manter e que muitas vezes depende de assessoria para escrever algo.

Esse ponto remete a outro abordado por Bourdieu. No qual ele diz que o acesso à televisão tem em contrapartida uma perda de autonomia, pois o assunto é imposto e se tem pouco tempo para noticiá-lo. O sociólogo francês fala ainda de uma possível censura política e que é possível também pensar numa censura econômica¹³¹. Logo, ao pensar na criatividade exercida pelos jornalistas, no caso do mensalão, temos que ter em mente quem foi que colocou ela como ponto de pauta.

Comentamos no início da análise que essa canção tinha parte da narração do escândalo. Percebemos isso na estrofe do segundo refrão. No início dele o “eu-poético” faz pergunta se valendo de informação sobre o caso. “Marcos Valério deu dimdim pro Zé Dirceu”, “Zé Dirceu diz que o dimdim não é seu”, “Não explica timentim o que que aconteceu”, “E vem dizer que engraçado sou eu”. Mais uma vez presente na canção é a

¹²⁸ Disponível em: <<http://grooves shark.com/#!/s/Ca+Fudido/3W7G1y?src=5>>. Acessado em: 7 dez. 2013.

¹²⁹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Tecnologia/0,,MUL969711-6174,00.html>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

¹³⁰ Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=tYjNpBongTw>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

¹³¹ BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Tradução, Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 1997. p.19.

difficuldade de se encontrar ao tentar organizar os fatos a cerca do escândalo de maneira coerente, afinal, os acusados dizem que foi uma coisa e a acusação outra.

A música inteira tem críticas ao escândalo do mensalão e esta parte da música é chave para o possível posicionamento inicial sobre o caso. Ao invés de se valer de discursos prontos, busca que se expliquem “tímtim” o que que aconteceu. E se fizéssemos um exercício de perguntar a canção o que teria acontecido no mensalão, quais respostas obteríamos?

No início da análise desta música já dissemos que a narrativa opta pela tese de que o dinheiro foi usado para pagamento de dívida de campanha e não compra de apoio político. Isso se expressa claramente quando ele faz referências a deputados que firmam contratos milionários com marqueteiros.

Boa parte da quantia delimitada pelo esquema foi destinada a Duda Mendonça numa conta num paraíso fiscal. A próxima referência é a de Severino Cavalcanti, o então presidente da câmara dos deputados à época. Severino era acusado de nepotismo e de cobrar propina para que um restaurante dentro da câmara funcionasse.

Este escândalo ficou conhecido como mensalinho¹³². Agora temos uma referência curiosa no verso onde diz que tem nego que pôs dinheiro no bolso para comprar bois. Conseguimos fazer duas referências, mas ambas de 2007, e as informações que se coletou sobre o álbum é de que ele teria sido lançado em 2006.

A primeira é a do Renan Calheiros que sofreu acusações de que despesas pessoais com seu filho com a jornalista Monica Veloso teriam sido pagas por um lobista de empreiteira. Calheiros alegou que o dinheiro em sua conta era supostamente de venda de bois¹³³.

A outra referência é ao ex-governador do Distrito Federal Joaquim Roriz. Ele está sofrendo denúncia de desvio recursos públicos e formação de quadrilha. Roriz alega que o dinheiro foi um empréstimo para realizar um negócio pessoal de compra de embrião de um bezerro. O Ministério Público aponta que a quantia desviada estaria em torno de 2 milhões de reais. O caso ficou conhecido como o do “bezerro de ouro”¹³⁴.

¹³² Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u72162.shtml>>. Acessado em: 07 dez. 2013.

¹³³ Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/gurgel-denuncia-renan-no-caso-dos-bois-de-alagoas/>>. Acessado em: 07 dez. 2013.

¹³⁴ Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/06/14/interna_cidadesdf,256753/ministerio-publico-denuncia-roriz-por-formacao-de-quadrilha.shtml>. Acesso em: 07 dez. 2013.

Em seguida temos o verso que lá, em Brasília, seria a terra do caixa dois e é para lá que o “eu-poético” queria ir, afinal, tentando defender seu ponto de vista, as cifras que aparecem são maiores que o do prêmio da mega-sena.

Outro fator que chama atenção nessa música é a referência do Roberto Jefferson, que segundo a narrativa, deveria fazer parte do programa Zorra Total. O que poderíamos extrair desse trecho além da referência da mídia? A nossa hipótese é de ele denunciou um esquema do qual fazia parte e que tentou esconder na primeira denúncia, como demonstramos no primeiro capítulo,

Como também, o fato dele aparecer com um olho roxo e dizer que tinha sido um acidente doméstico¹³⁵.

No caso da música *Isso sim é uma piada*, o clima da melodia está em um polo e o da letra, em outro. A melodia se apresenta alegre da combinação da guitarra, baixo e metais. Pelo lado na letra, como se pode perceber, são tecidas críticas pesadas do início ao fim. O ouvinte desatento pode se surpreender ao ouvir essa música e de repente começar a prestar atenção e perceber o que está se falando na letra. Poderíamos traçar uma semelhança da maneira como as críticas dessa música entram em nossa cabeça com a maneira pela qual se obtêm caviar.

Não se assuste, não se pretende que ninguém morra ouvindo rap. Colocando de lado o fato que as fêmeas do esturjão devem ser mortas sob o efeito de sedativo para que não sintam dor, ou seja, elas nem percebem que morreram, assim é a maneira pela qual o conteúdo dessa música se faz compreensível em nosso cérebro, de maneira desavisada. Podemos dizer até que *Isso sim é uma piada* tem mais chances de chegar a ouvidos de ouvintes não ligados ao movimento *hip-hop*, por não encontrar tantas barreiras no preconceito musical.

A música mantém um clima predominantemente alegre, menos nessa parte cuja qual escuta-se a apenas uma guitarra tocando poucas notas junto com uma bateria, com uma levada mais leve em um volume baixo, situação na qual a voz do rapper se destaca e esse choque gerado nessa mudança acaba por chamar nossa atenção ao que vai ser dito, quase sem percebemos este fenômeno.

Naquelas categorias elencadas citadas por Napolitano de valores *comunicativos*, *rituais*, *técnicos*, *eróticos*, *políticos*, como trabalhamos na primeira canção, qual poderíamos dizer que está presente nessa canção? Com o mesmo intuito de ilustrar, o

¹³⁵ Disponível em: <<http://globoTV.globo.com/globonews/globonews/v/roberto-jefferson-depoe-na-cpi-dos-correios-com-olho-roxo/2054577/>>. Acesso em: 07 dez. 2013.

valor que mais encaixaria em nossa análise é o de valores políticos que podem ser expressão de identidade (de oposição ao sistema) ou de protesto (no sentido de denunciar algo). No primeiro caso seria a função fática, na do segundo, emotiva e referencial.

Nas duas músicas já analisadas conseguimos perceber aspectos como a midiaticização, tomada de lado frente ao caso do mensalão e nesta próxima música conseguiremos apontar o que como o “eu-poético” interpreta a política como um todo.

Pode queimar

Político rouba, dono de banco rouba
Empresário rouba e pra pobre só sobra
Agência 24 horas ou mercado pequeno
Ônibus lotado de trabalhador em pleno
Dia de pagamento
Só tem salário e dinheiro pro apartamento
É vacilo mas é o que dá pra fazer no momento
Quando tiver vaga em Brasília eu peço um aumento
Eu tô sedento mas
Nego não larga o osso nem no fundo do poço
ACM Neto é pior que carne de pescoço
No ramo do roubo só sai de lá presunto
Brasília se renova por isso que eu pergunto se...

Pode queimar?
Se é político safado
Pode queimar !!
Senador ou deputado
Pode queimar !!
O braço deve ser amputado
Pode amputar !!
Pode?
Pode queimar !!

De que vale trabalhar até 60 anos
Ficar na fila do INSS já sem planos
Sem poder praticar crime com renúncia do cargo
Não sendo preso, caçado ou sofrendo algum embargo
Que nem Bispo Rodrigues
Que nem Waldemar da Costa Neto, mas preferiram ficar quieto
Eu quero imunidade porque a unidade
De Bangu 1 tem mais polícia que a minha idade
Fora os que tão fora do presídio e são concorrente
E ganham porque tem arma, algema e corrente
Cheque em branco assinado em moeda corrente
Do dono do restaurante que ele estaciona em frente

Pode queimar !!
Se é político safado

Pode queimar !!
 Senador ou deputado
 Pode queimar !!
 O braço deve ser amputado
 Pode amputar !!
 Pode?
 Pode queimar !!

 Pega o álcool líquido o fósforo e o isqueiro
 Deixa ele de terno e dá na cara 1º
 Pega o carvão e a picanha
 A gente aproveita a brasa e queima a carne depois de queimar as
 piranha
 Peixe na brasa faz bem tem ômega 6
 Cês pegam o ômega, cada um tem seis
 Pega o pão velho, acende o fogo
 Faz ele contar tudo que fez, deixa ele abrir o jogo
 Finge que vai liberar deixa ele gritar até confessar
 O que não fez ou até ficar
 Chorando igual criança oferecendo propina
 Pra tu liberar ele ou matar de carabina

 Pode queimar!!
 Se é político safado
 Pode queimar!!
 Senador ou deputado
 Pode queimar!!
 O braço deve ser amputado
 Pode amputar!!
 Pode?
 Pode queimar!!¹³⁶

O mote dessa música é uma busca de catarse frente aos crimes cometidos, sejam os de colarinho branco feito por empresários e políticos; sejam os crimes cometidos por “ladrões de galinha” que fazem pequenos roubos; sejam por crimes cometidos por policiais. É interessante perceber que essa música representa políticos que estavam envolvidos no mensalão – Waldemar da Costa Neto e Bispo Rodrigues¹³⁷. Mas, a crítica mais pesada é feita a Antônio Carlos Magalhães Neto. Ressaltemos as definições dos parlamentares na música.

Na música é interessante à análise que se faz de que os político e os empresários, donos de bancos, roubam como podem e o que podem, e para o ladrão pobre sobra apenas, a agência 24 horas, mercado pequeno, ônibus lotado de trabalho em dia de pagamento.

¹³⁶ *Pode Queimar*. De Leve. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=yuacvVYj90Q>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

¹³⁷ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/infograficos/lista-mensaleiros/>>. Acessado em: 07 dez. 2013.

A “solução” apresentada por De Leve, na primeira música analisada, aos problemas do cotidiano que não se podem resolver é de esquecê-los. Já com relação aos políticos a “solução” apresentada é outra, ela se encontra no refrão e o contexto é dado no refrão: “Pode queimar”. A referência que se traz é aquela a morte, destinada ao pior tipo de indivíduo, de acordo com as leis do tráfico de drogas, estamos falando do X9, o delator.

A música mantém um clima de exortação, pois começa com o som de um triângulo, de um cavaquinho, numa espécie de introdução. Logo entra uma bateria e o ritmo se mantém até o refrão. Nesta parte da música há uma duplicação da voz do rapper, não no sentido de voz de fundo, mas com o intuito de aumentar o número de vozes.

No jogo de perguntas e respostas proposto no refrão as respostas são dadas como se tivessem sido proferidas em um megafone. A função do megafone é que mais pessoas escutem o que se fala, essa parece ser a intensão do “eu-poético” o destino dos parlamentares deve ser a fogueira.

Aqui percebemos novamente, uma das categoria de valores, anteriormente citada, *oerótico*, já que essa música acaba energizando o ouvinte, claro que esperamos que nenhum chegue às vias de fato. E mais uma vez, percebemos os valores políticos que foram o foco de nosso trabalho.

Durante a análise das músicas conseguimos confirmar o estilo debochado de De Leve. As inspirações para suas rimas e piadas tem fundamento nas leituras de Lima Barreto¹³⁸. Essa característica pode afastar ou conquistar ouvintes, obviamente. Mas, apesar do tom humorístico em sua música, tom que o diferencia dentro do movimento *hip-hop*, a música não carece de críticas. Muito pelo contrário, as músicas do *rapper* possibilitando uma aproximação crítica do mensalão, mesmo em alguns momentos em que reproduzem exasperações do senso comum típico da classe média.

¹³⁸ Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/PopArte/0,,AA1287131-7084,00.html>>. Acessado em: 07 dez. 2013.

CONCLUSÃO

No decorrer do primeiro capítulo, percebemos que há duas teses sobre o que teria sido o mensalão. Uma diz que foi o maior escândalo de corrupção do país. Essa é a tese da acusação. E outra que diz que o caso foi um crime eleitoral de pagamento de dívida de campanha com dinheiro não contabilizado – caixa 2 – e que deveria ser julgado como tal, essa é a tese da defesa. Não se sabe ainda que rumo tomará o caso do mensalão, mas os acusados dizem que vão recorrer às cortes internacionais.

No entanto, por hora foi relevante perceber que a produção musical tenha se valido desse tema pouco tempo depois de sua divulgação. Mais interessante foi perceber como De Leve se apropriou dele. Ele toma um posicionamento crítico frente ao tema, não simplesmente sai tirando conclusões. Na maior parte do tempo ele representa em suas músicas aquilo que ele viu na televisão, mas não só.

Na análise de sua música *Isso sim é uma piada*, percebemos que ele quer que se “explique timentim por timentim o que aconteceu”. Podemos entender que este posicionamento decorre da ampla repercussão do caso na mídia que nem sempre cuidou para que se pudessem organizar de forma coerente as informações que ela estava dando.

A orientação apontada por Marcos Napolitano na qual, em linhas gerais, devemos fazer a análise da letra e da melodia foi fundamental. Na música *México*, por exemplo, foi possível perceber esse caráter do papel preponderante que a mídia teve no caso, em decorrência da análise da melodia.

Tentando fazer um contraponto, destacamos que o grupo ConeCrewDiretoria também aborda o tema mensalão em uma de suas músicas, *Chefe de quadrilha*. Diferentemente das composições de De Leve, no clipe da música joga-se o caso mensalão na vala comum do que seria corrupção. Há uma associação forte aos políticos ligados a milícia no Rio de Janeiro no vídeo. Não por acaso toa a música se chama *Chefe de quadrilha*¹³⁹. Percebemos isso claramente no refrão da música. “Eu quero um milhão, mas sem ter que rodar/com o flagrante na mão ou então ter que roubar/Me envolver no mensalão pra minha conta engordar/Roubando da nação pra mim isso não dá”.

Segundo Marcos Napolitano, a música tem sido, pelo menos em boa parte do século XX, uma tradutora privilegiada dos nossos dilemas nacionais. No caso específico da análise das músicas do *rapper* De Leve, podemos perceber que o mensalão tornou-se

¹³⁹ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/megazine/cone-crew-diretoria-lanca-musica-chefe-de-quadrilha-nesta-quarta-5509675>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

mais um dos problemas do cotidiano que dificulta a crença na justiça e na democracia brasileira e em conversas de bar, a conquista da pessoa desejada.

Nesta pesquisa, dentre outros temas, se buscou organizar as informações a respeito da ação penal 470 com o intuito de lançar luz sobre os discursos que existem, buscando ir para além do discurso midiático e tentando compreender por que existem duas teses: uma que diz que é o maior crime de corrupção do país e a outra que, baseada nos dados dos processos, pede a anulação do julgamento.

Há outro mensalão, o de Minas Gerais, este está a espera de ser julgado. Assim, este capítulo da história política brasileira ainda esta se fazendo. Dessa forma, as conclusões são deste momento e ainda há muitos fatos que irão ocorrer e que serão passíveis de pesquisas.

FONTES

Procurador-geral da República detalha acusações contra réus do mensalão. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=nGj2AIEqmhW>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Lula delira de novo, diz que mensalão foi “tentativa de golpe” — desqualificando o procurador-geral e o Supremo —, mas ainda não explicou porque pediu desculpas aos brasileiros em 2005. Espante-se com as declarações e reveja o vídeo das desculpas. Ricardo Setti. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/lula-delira-uma-vez-mais-fala-que-mensalao-foi-tentativa-de-golpe-desqualificando>>.

o-procurador-geral-e-o-supremo-mas-ainda-nao-explicou-porque-pediu-desculpas-aos-brasileiros-em-2005-espa/>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Dilma e Lula foram testemunhas no processo do mensalão. Mariana Oliveira. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/mensalao/noticia/2012/08/dilma-e-lula-foram-testemunhas-no-processo-do-mensalao-veja-frases.html>>. Acesso em 7 dez. 2013.

50 frases do mensalão. Relembre declarações marcantes dos três meses de julgamento. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/mensalao/infografico/platb/frases>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Frases do 25º dia do julgamento. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/mensalao/noticia/2012/09/frases-do-25-dia-do-julgamento.html>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

STF conclui análise da acusação de lavagem com oito condenações. Fabiano Costa; Mariana Oliveira; Nathalia Passarinho. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/mensalao/noticia/2012/09/stf-conclui-analise-da-acusacao-de-lavagem-com-oito-condenacoes.html>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Frases do 18º dia do julgamento. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/mensalao/noticia/2012/09/frases-do-18-dia-do-julgamento.html>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Frases do 20º dia do julgamento. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/mensalao/noticia/2012/09/frases-do-20-dia-do-julgamento.html>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Para Gurgel, MP não é 'responsável' pela absolvição de Duda e sócia. Mariana Oliveira. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/mensalao/noticia/2012/10/para-gurgel-mp-nao-e-responsavel-pela-absolvicao-de-duda-e-socia.html>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Frases do 35º dia de julgamento do mensalão. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/mensalao/noticia/2012/10/frases-do-35-dia-de-julgamento-do-mensalao.html>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Defesas de Marcos Valério e Ramon Hollerbach negam acusações. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2012/08/defesas-de-marcos-valerio-e-ramon-hollerbach-negam-acusacoes.html>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Frases do 32º dia de julgamento do mensalão. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/mensalao/noticia/2012/10/frases-do-32-dia-de-julgamento-do-mensalao.html>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

“Se eu fosse do PT, pediria que o presidente do STF fosse processado”. Luiz Felipe Albuquerque. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/politica/bandeira-de-mello-se-eu-fosse-do-pt-ou-da-familia-pediria-que-o-presidente-do-supremo-fosse-processado.html>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Os réus têm alguma razão ao pedir um outro julgamento. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/140521-os-reus-tem-alguma-razao-ao-pedir-um-outro-julgamento.shtml>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

O cenário final do governo FHC. Maria da Conceição Tavares. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1208200106.htm>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Entenda o que é o risco-país. Ligia Guimarães. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL19707-9356,00-ENTENDA+O+QUE+E+O+RISCOPAIS.html>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Lula, o filho da dialética. José Carlos de Assis. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Lula-o-filho-da-dialetica/4/16338>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Carta ao povo brasileiro. Disponível em:
<http://www.iisg.nl/collections/carta_ao_povo_brasileiro.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2013.

A Política Externa Brasileira em relação ao Fundo Monetário Internacional durante o Governo Lula. João Martins Tude; Carlos Sanchez Milani. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292013000100005&script=sci_arttext>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Sem FMI, setor público reduz peso na dívida externa pela 1ª vez em 6 anos. Ney Hayashi da Cruz. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1812200503.htm>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

O mercado de crédito no Brasil: Tendências recentes. Maria Cristina Penido de Freitas; Daniela Magalhães Prates. Disponível em:
<http://www.fundap.sp.gov.br/debatesfundap%5Cpdf%5CLivro-Panorama_das_Economias_Internacional_e_Brasileira/12_Mercado%20de%20credito%20no%20brasil_novo.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Grande desafio da CUT é educação previdenciária para todos os trabalhadores, desde a juventude. Luiz Marinho Disponível em:
<<http://www.cut.org.br/destaques/23636/grande-desafio-da-cut-e-educacao-previdenciaria-para-todos-os-trabalhadores-desde-a-juventude>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Lei Nº 10.820 Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.820.htm>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Fome Zero. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Bolsa Família. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Termos de troca. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$termos-de-troca;jsessionid=UfwyliyduTVGAVHm6x8IJw__](http://www.infopedia.pt/$termos-de-troca;jsessionid=UfwyliyduTVGAVHm6x8IJw__)>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Maria da Conceição Tavares completa 80 anos na ativa. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=K_qunKjZf4U&hd=1>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Política Nacional de Defesa. Disponível em: <http://eblog.eb.mil.br/wp-content/uploads/2013/09/politica_nacional_defesa.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Estratégia Nacional de Defesa. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2013.

O que é o CDES. Disponível em: <<http://www.cdes.gov.br/conteudo/41/o-que-e-o-cdes.html>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Reunião Ordinária nº 41 Seminário Internacional sobre Desenvolvimento - 10 anos de CDES. Disponível em: <<http://www.cdes.gov.br/evento/8916/pleno-do-cdes-reuniao-ordinaria-n-41-seminario-internacional-sobre-desenvolvimento-10-anos-de-cdes.html>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Augusto Roa Bastos fala à Folha sobre política, seus planos de morar no Brasil e de seu novo projeto Escritor quer combater "pobreza cultural". Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0605200007.htm>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Jacy Afonso: "é preciso taxar as grandes fortunas e inverter a lógica do superávit primário". Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=fyiXecq-nF8>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Brasil, Irã e Turquia fecham acordo sobre troca de urânio enriquecido. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,brasil-ira-e-turquia-fecham-acordo-sobre-troca-de-uranio-enriquecido,552806,0.htm>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Como a história vai julgar Bill Clinton? Nick Bryant. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2001/010116_clintonlegado.shtml>. Acesso em: 7 dez. 2013.

President Bill Clinton - Response to Lewinsky Allegations. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=gV6yhEbEw9c>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Caso que gerou mensalão segue sem solução. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL93512-5601,00-CASO+QUE+GEROU+MENSALAO+SEGUE+SEM+SOLUCAO.html>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Jefferson denuncia mesada paga pelo tesoureiro do PT. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u69402.shtml>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Cronologia do caso. Relembre os principais fatos que marcaram o escândalo do mensalão. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/mensalao/infografico/platb/cronologia>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Plenário da Câmara aprova cassação de Roberto Jefferson. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u72362.shtml>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Roberto Jefferson admite que recebeu dinheiro do PT. Pedro Canário. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2011-set-12/roberto-jefferson-nega-ilegalidade-recebimento-dinheiro-pt>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

CENÁRIOS-Com aposentadoria de Peluso, como fica voto do mensalão? Hugo Bachega. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,cenarios-com-aposentadoria-de-peluso-como-fica-voto-do-mensalao,920108,0.htm>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Aposentadoria de Ayres Britto é publicada no Diário Oficial. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/mensalao/noticia/2012/11/aposentadoria-de-ayres-britto-e-publicada-no-diario-oficial.html>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Novo julgamento do mensalão pode acontecer com um "outro STF". Diego Abreu. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/09/18/interna_politica,450164/novo-julgamento-do-mensalao-pode-acontecer-com-um-outro-stf.shtml>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Embargos infringentes. Disponível em: <<http://jb.jusbrasil.com.br/definicoes/100003127/embargos-infringentes>> acessado em: 07 dez. 2013.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Correios. Relatório Final. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/cpi/relatoriofinalcorreios.asp>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Dinheiro público abasteceu mensalão, conclui ministro. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/62017-dinheiro-publico-abasteceu-mensalao-conclui-ministro.shtml>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Gurgel diz que desvio de R\$ 73 mi do BB abasteceu mensalão. Ricardo Brito. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,gurgel-diz-que-desvio-de-r-73-mi-do-bb-abasteceu-mensalao,910790,0.htm>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Diagrama 01 – Valérioduto. Cruzamento contábil e financeiro ano 2003 e 2004. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/comissoes/CPI/Diagramas/a3/Diagrama01-CPI_Mensalao.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2013.

STF envia dados do mensalão para Banco do Brasil tentar reaver dinheiro desviado. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/stf-envia-dados-do-mensalao-para-banco-do-brasil-tentar-reaver-dinheiro-desviado-10879647>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Vai aparecer a verdade sobre os R\$ 73,8 milhões da Ação Penal 470? Paulo Moreira Leite. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/colunas-e-blogs/coluna/paginar/336501_VAI+APARECER+A+VERDADE+SOBRE+OS+R+73+8+MILHOES+DA+ACAO+PENAL+470+/42>. Acesso em: 7 dez. 2013.

mensalão P, STF, julgamento edieval. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=tq15GeVliVI>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Marilena Chaui fala sobre o mensalão em debate. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=jPRmiQCPm9g&hd=1>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Barroso apela por reforma política e questiona mensalão como maior escândalo do país. Fernanda Calgaro; Guilherme Balza. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/08/14/barroso-apela-por-reforma-politica-e-questiona-mensalao-como-maior-escandalo-do-pais.htm>>. Acesso em: 22 nov. 2013.

De Leve. Disponível em: <<http://www.deleve.com.br/>>. Acesso em 22 nov. 2013.

De Leve declara que está “à procura da parada mal feita”. Lígia Nogueira. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/PopArte/0,,AA1287131-7084,00.html>>. Acesso em: 18 nov. 2013.

Caso que gerou o mensalão segue sem solução. Maria Angélica Oliveira. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL93512-5601,00-CASO+QUE+GEROU+MENSALAO+SEGUE+SEM+SOLUCAO.html>>. Acessado em: 7 dez. 2013.

Espionagem da NSA inclui invasão a data centers de Google e Yahoo! Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/mundo/estados-unidos/espionagem-da-nsa-inclui-invasao-a-data-centers-de-google-e-yahoo-diz_jornal,0dfe5da4e9a02410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>. Acessado em: 7 dez. 2013.

Palavrões em show criam confusão na Campus Party. Amauri Stamboroski. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Tecnologia/0,,MUL969711-6174,00.html>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Empresário confirma "mensalinho" a Severino Cavalcanti. Ana Paula Ribeiro. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u72162.shtml>>. Acessado em: 07 dez. 2013.

Gurgel denuncia Renan no caso dos bois de Alagoas. Eduardo Militão; Mario Coelho; Edson Sardinha. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/gurgel-denuncia-renan-no-caso-dos-bois-de-alagoas/>>. Acessado em: 07 dez. 2013.

Ministério Público denuncia Roriz por formação de quadrilha. Ana Maria Campos. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/06/14/interna_cidadesdf,256753/ministerio-publico-denuncia-roriz-por-formacao-de-quadrilha.shtml>. Acesso em: 07 dez. 2013.

Roberto Jefferson depõe na CPI dos Correios com olho roxo. Disponível em: <<http://globo.com/globonews/globonews/v/roberto-jefferson-depoe-na-cpi-dos-correios-com-olho-roxo/2054577/>>. Acesso em: 07 dez. 2013.

Lista dos réus no processo do mensalão. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/infograficos/lista-mensaleiros/>>. Acessado em: 07 dez. 2013.
México. De Leve. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=-GlaFnIbeaA>>. Acessado em: 7 dez. 2013.

Isso sim é uma piada. De Leve. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=tgDI4vCA5Xw>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Nego Gosta. De Leve. Disponível em: <<http://grooveshark.com/#!/s/Nego+Gosta/2rILo3?src=5>>. Acesso em: 07 dez. 2013.

Caô Fudido. De Leve. Disponível em:
<<http://grooves shark.com/#!/s/Ca+Fudido/3W7G1y?src=5>>. Acessado em: 7 dez. 2013.

Diploma. De Leve. Disponível em:
<<http://www.youtube.com/watch?v=tYjNpBongTw>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Pode Queimar. De Leve. Disponível em:
<<http://www.youtube.com/watch?v=yuacvVYj90Q>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Chefe de Quadrilha. ConeCrewDiretoria. Disponível em:
<http://www.youtube.com/watch?v=nALAhcwg5_E>. Acessado em: 7 dez.2013.

Cone Crew Diretoria lança música ‘Chefe de quadrilha’ nesta quarta. Disponível em:
<<http://oglobo.globo.com/cultura/megazine/cone-crew-diretoria-lanca-musica-chefe-de-quadrilha-nesta-quarta-5509675#ixzz2nhkjfqgK>>. Acesso em 7 dez. 2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, P. *Sobre a televisão*. Tradução, Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 1997.
- CARAMANTE, A. *Os quatro pretos mais perigosos do Brasil*. RollingStones, N ° 86, Edição especial de aniversário, p 72-81, nov, 2013.
- CAVALCANTE, B.; MURGEL STARLING, M.; EISENBERG, J. *Decantando a república, v.3: inventário histórico e político da canção popular moderna brasileira*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2004.
- FELIX, J. B. J. *Hip Hop: cultura e política no contexto paulistano*. São Paulo, 2005.
- GARCIA, W. *Melancolias, Mercadoras: Dorival Caymmi, Chico Buarque, o Pregão de Rua e Canção Popular-Comercial no Brasil*. Cotia, SP. Ateliê Editorial, 2013.
- GARCIA, W. *Ouvindo Racionais C's*. In: Teresa revista de Literatura Brasileira. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo – n. 4/5. São Paulo. Editora 34, 2003.
- HERSCHMANN, M. (org.) *Abalando os anos 90. Funk e Hip-hop*. Globalização, violência e estilo cultural. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- JUAREZ, D. *O rap e o funk na socialização da juventude*. In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v.28, n.1. janeiro/julho. 2002.
- KELLNER, D. *A cultura da mídia: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Tradução: Ivone Castilho Benedetti. Bauru. EDUSC, 2001.
- NAPOLITANO, M. *História & música – história cultural da música popular*. Belo Horizonte, Autêntica, 2002.
- OLIVEN, R. G. *A Malandragem na Música Popular Brasileira*, in: Violência e Cultura no Brasil. Petrópolis. Vozes, 1989.
- PINTO, M. *RAP: Gênero Popular da Pós-Modernidade*. Disponível em: <<http://www.iaspmal.net/wp-content/uploads/2011/12/MerciaPinto1.pdf>>
- QUERIOZ, A. C.; RODRIGUES L. I.; PEREIRA, R. R. *A outra tese do mensalão*. Belo Horizonte. Editora Manifesto, 2012.
- SADER, E. (org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-liberais*. São Paulo. Boitempo. 2013.
- TINHORAO, J. R. *História social da música popular brasileira*. Editora 34, 1998.
- VINCI DE MORAES, J. G. *História e música: canção popular e conhecimento histórico*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v20n39/2987.pdf>>

ANEXO I
DEFESA DELÚBIO SOARES

Arnaldo Malheiros Filho
Ricardo Camargo Lima
Flávia Rahal Bresser Pereira
Daniella Meggiolaro
Guilherme ZilianiCarnelós
Camila A. Vargas do Amaral
Arthur Sodré Prado

EXMO. SR. MINISTRO RELATOR DA
AÇÃO PENAL Nº 470 NO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
(Min. JOAQUIM BARBOSA)

DELÚBIO SOARES DE CASTRO, nos autos da ação penal em epígrafe, vem à presença de V. Exa., por seus advogados, nos termos dos arts. 11 da Lei nº 8.038/90 e 241 do Regimento Interno dessa Corte, apresentar suas alegações finais, nos termos a seguir expostos.

1. UMA BREVE INTRODUÇÃO

Não é preciso dizer muito para se apresentar este caso, tão conhecido ficou ele, por motivos óbvios: Brotando de cenas que trazem o irresistível apelo do buraco de fechadura – como são aquelas registradas com câmeras ocultas, para alcançar os segredos do espiolhado – passou pela comadrice do “pentito” e envolveu, em seus mais altos escalões, o Partido político majoritário, bem como as agremiações que lhe são aliadas, tangenciando o núcleo de poder nacional.

Mais não seria necessário para um escândalo com altos índices de audiência. A mídia, os opositores do atual Governo, os sequeiros por espaço na comunicação social, todos fizeram a festa, que só se realiza com o julgamento antecipado dos envolvidos e sua inapelável condenação, imposta não pela Corte, mas pela grita. Imprensa e Parlamento jogam o jogo da retroalimentação: Matérias jornalísticas estimulam o ambiente espetaculoso das CPIs, que por suavez passa a ser notícia, notícia que vai aquecê-lo ainda mais, numa espiral que gira em remoinho sobre um adjetivo: culpados!

Difícil resistir a esse clima. Nem mesmo a inicial – por mais que se reconheça e se louve o honesto esforço da digna Procuradoria-Geral da República para a realização de um trabalho sério, longe da ribalta – escapou a tentações, resvalando pela vulgaridade para cair na inépcia. O simbólico número de acusados (40), quando o próprio órgão Ministerial acena com futuras denúncias envolvendo outras pessoas, parece escolhido de indústria para acicatar as línguas viperinas, adicionando lenha à fogueira desse auto-de-fé, de mera execução de uma sentença já proferida por bocas múltiplas e sem responsabilidade, contra a qual não é possível recorrer.

Dir-se-á que imprensa livre e parlamento atuante são dádivas da democracia ao aprimoramento da sociedade, o que não é falso. Mas não menos verdadeiro é reconhecer que esse regime – superior em tudo a qualquer outro que a humanidade já conheceu – tem também suas limitações. Entre elas desponta a criação de estados emocionais coletivos, não privativos da democracia, que tampouco lhes é imune, como foi aquele que trocou BARRABÁS por CRISTO, o que expulsou de Atenas o justo ARISTIDES, o que levou HITLER ao poder na Alemanha.

Mas é exatamente em momentos como esse que se agiganta o papel que o Poder Judiciário – em particular essa Egrégia Suprema Corte – exerce no Estado de Direito: O de substituir a grita da turba pelo exame sereno e tranquilo da prova, em cotejo com os princípios e regras que formam o ordenamento jurídico, a análise fria dos fatos e de sua qualificação jurídica, chegando a conclusões que não raro frustram a expectativa popular, até porque Justiça não é novela de televisão, que tem o desfecho ajustado ao desejo da platéia.

É que, como dizia o saudoso Sérgio Pitombo, uma das funções do processo penal é arrear os três fantasmas que o “afligem, multiseccularmente: tortura, presunção de culpa e burocracia judiciária”¹⁴⁰.

Essa elevação de espírito que caracteriza as Cortes é que dá ao petionário a confiança que deposita na possibilidade de um julgamento justo.

Com a exposição do quadro probatório nessas derradeiras alegações, Vossas Excelências poderão confirmar aquilo que o defendente sustenta desde o início: o dinheiro utilizado para pagamento de dívidas de campanha foi obtido por meio de empréstimos, junto ao BANCO RURAL e ao BANCO BMG, empréstimos cuja existência o BANCO CENTRAL teve a oportunidade de confirmar.

Além disso revela-se atípica a pretensão de um Partido político de permanecer no poder e tampouco há lei que proíba fazer alianças que impliquem a divisão dos custos das campanhas eleitorais, especialmente quando pagos com dinheiro proveniente de empréstimos privados, não com dinheiro público. Esse é um dos motivos que torna absurda a pretendida inclusão do defendente numa quadrilha na qual nem conhece muitos de seus “comparsas”, com outros nunca se relacionou e nunca se voltou à atividade delitiva.

Quanto à acusação de corrupção, o órgão ministerial não aponta, nem mesmo remotamente, qualquer conduta do petionário próxima do oferecimento de vantagem indevida a funcionários públicos para que praticassem, retardassem ou omitissem qualquer ato de ofício. Na verdade, essa ausência de imputação se dá por uma razão muito simples: Em nenhum momento o acusado ofereceu “propina” aos deputados denunciados em “contraprestação” a “apoio político” ao “Governo Federal”.

Embora caiba à Acusação o ônus de provar o que alega, ou seja, que o dinheiro dado a Partidos na verdade destinava-se a fazer com que parlamentares praticassem o ato de ofício de votar a favor do Governo, tem o defendente condições de provar que isso não ocorria. Para tanto, se reporta a dezenas de depoimentos (cf. item 3), bem como ao estudo elaborado pelo Deputado Federal ODAIR CUNHA (fls. 80/102 do apenso 120), mostrando a absoluta desvinculação entre as contribuições financeiras do PT e a postura

¹⁴⁰ SERGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO, “A dignidade do processo penal: De Canuto Mendes a Rogério Tucci” prefácio à Teoria do Direito Processual Penal de ROGÉRIO LAURIA TUCCI, RT, São Paulo, 2003, p.8.

dos membros da base aliada nas votações. Ademais, análises de outras importantes votações pelo Congresso Nacional à época dos fatos apurados também confirmam a inocorrência de compra de voto.

Desse estudo se destacam duas conclusões que põem por terra a alegação de corrupção: a) Nas votações mais importantes (como a da reforma da previdência, por exemplo), a aprovação da proposta governamental deveu-se, principalmente, aos votos vindos da oposição (PSDB); b) “não há relação entre os eventuais repasses com os resultados em Plenário” (...) e a “tendência linear dos votos das bancadas indica queda no apoio ao Governo justamente em períodos em que há repasses mais elevados”. Essas afirmações se tornam ainda mais eloquentes quando expostas na forma de gráficos, como se verá adiante.

Com o desenrolar da presente ação penal – que, inclusive, contou com ilegalidades, cerceando a defesa do peticionário – as suspeitas, as presunções lançadas contra DELÚBIO SOARES não se adensaram a ponto de se solidificar em prova de culpabilidade. É o que se demonstrará quando o mérito for analisado¹⁴¹.

¹⁴¹ Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/2011/09/alegacaodelubio.pdf>> Acessado em: 7 dez. 2013.